



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXII — Nº 079

TERÇA-FEIRA, 9 DE AGOSTO DE 1977

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 1977

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.554, de 24 de maio de 1977, que "concede isenção de impostos aos objetos integrantes de uma coleção representativa de desenho industrial, importados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo".

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.554, de 24 de maio de 1977, que "concede isenção de impostos aos objetos integrantes de uma coleção representativa de desenho industrial, importados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo".

Senado Federal, 8 de agosto de 1977. — Senador *Petrônio Portella*, Presidente.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 108ª SESSÃO, EM 8 DE AGOSTO DE 1977

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicações da Presidência

— Convocação de sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se no próximo dia 16, às 15 horas, destinada a receber Sua Excelência o Senhor Hugo Banzer, Presidente da República da Bolívia.

— Arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 34/75, que institui registro para peças de valor histórico, quando comercializadas, por ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da comissão a que foi distribuído.

1.2.2 — Requerimentos

— Nº 228/77, de autoria dos Srs. Senadores Lourival Baptista e Ruy Santos, solicitando a transcrição, nos Anais do

Senado Federal, do discurso pronunciado pelo Ministro Ney Braga, na abertura do Seminário do Ensino Superior, no dia 3 de agosto, promovido pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

— Nº 229/77, de autoria do Sr. Senador Benjamim Farah, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso pronunciado pelo Dr. Mário Kroeff na Academia Nacional de Medicina no dia 28 de julho próximo passado.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Ação do setor governamental diretamente responsável pela execução da política econômico-financeira. Apelo em favor da ampliação da atuação do Banco do Brasil no Nordeste.

SENADOR LUIZ CAVALCANTE — Dívida externa brasileira ao final do ano passado.

SENADOR EVELÁSIO VIEIRA — Suspensão da pesquisa, realizada pelo **Correio Braziliense**, para aferir as tendências no Congresso Nacional a respeito da sucessão do Presidente Geisel. Necessidade de ser dado maior ênfase ao setor agropecuário como meio de aproveitar todas as suas potencialidades.

SENADOR EURICO REZENDE, como Líder — Suspensão da pesquisa realizada pelo **Correio Braziliense**, como decisão interna da direção do jornal, face a comentários do Sr. Evelásio Vieira sobre o assunto.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 217/77, do Sr. Senador Eurico Rezende, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da entrevista concedida pelo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, à Televisão Francesa. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 301/76, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que altera a redação de dispositivos do art. 22 da Lei Orgânica da Previdência Social. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 89/77, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre a inclusão de Adido Agrícola em representações diplomáticas do País. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 20/77, que suspende a execução do art. 1º da Lei nº 91, de 27 de dezembro de 1972, do Estado de São Paulo. **Discussão encerrada**, tendo sua votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Resolução nº 21/77, que suspende a execução do art. 31, inciso IV, letra c, da Lei nº 421, de 24 de dezembro de 1970, alterada pela Lei nº 457, de 18 de dezembro de 1972, ambas do Município de Lucianópolis, no Estado de São Paulo. **Discussão encerrada**, tendo sua votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Resolução nº 25/77, que suspende a execução do § 2º do art. 115 da Lei nº 6.785, de 16 de outubro de 1974, do

Estado de Pernambuco. **Discussão encerrada**, tendo sua votação adiada por falta de quorum.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR MAURO BENEVIDES — Solicitando providências do Ministério da Educação e Cultura, em favor do pagamento do restante das diferenças salariais decorrentes do Plano de Classificação de Cargos, devidas aos professores da Universidade Federal do Ceará.

SENADOR ITAMAR FRANCO — Ofício encaminhado pelo Comitê de Imprensa do Senado ao Presidente da Câmara dos Deputados, no sentido de que S. Exª mande apurar incidente envolvendo um parlamentar e um jornalista do **Correio Braziliense**. Transcurso do centenário de nascimento de Raul Soares de Moura.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Senador Leite Chaves, pronunciado na sessão de 5-8-77.

3 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

— Ato do Sr. Presidente do IPC.

— Ata de Reunião do Conselho Deliberativo

4 — ATA DE COMISSÃO

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 108ª SESSÃO, EM 8 DE AGOSTO DE 1977

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. PETRÔNIO PORTELLA

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevair Leal — Evandro Carreira — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — José Sarney — Helvídio Nunes — Petrónio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Marcos Freire — Murilo Paraiso — Luiz Cavalcante — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Ruy Santos — Eurico Rezende — Roberto Saturnino — Benjamim Farah — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Benedito Ferreira — Osires Teixeira — Mendes Canale — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Otair Becker — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 32 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A Presidência, ouvida a Câmara dos Deputados, convoca sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se no próximo dia 16, às 15 horas, no Plenário daquela Casa, destinada a receber Sua Excelência o Senhor Hugo Banzer, Presidente da República da Bolívia.

Usarão da palavra, na oportunidade pela Câmara dos Deputados, o nobre Deputado Hugo Napoleão e, pelo Senado Federal, o Senhor Senador Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A Presidência comunica que, nos termos do art. 278, combinado com o art. 154, § 1º, do Regimento Interno, determinou o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1975, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que institui registro para peças de valor histórico, quando comercializadas, por ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da Comissão a que foi distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Sobre a mesa requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 228, DE 1977

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno, requeiro a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso pronunciado

pelo Ministro Ney Braga, na abertura do Seminário do Ensino Superior, no dia 3 de agosto, promovido pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 8 de agosto de 1977. — **Lourival Baptista — Ruy Santos.**

REQUERIMENTO Nº 229, DE 1977

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno, requiro transcrição nos Anais do Senado do discurso pronunciado pelo Dr. Mário Kroeff na Academia Nacional de Medicina no dia 28 de julho próximo passado.

Sala das Sessões, 8 de agosto de 1977. — **Benjamin Farah.**

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Os requerimentos lidos serão submetidos ao exame da Comissão Diretora.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No dia 21 de março, aplaudi, desta tribuna, a criação do PROGIRO, por decisão do eminente Presidente Ernesto Geisel, e a redução de juros para desconto de duplicatas, determinada pela direção do Banco do Brasil, de comum acordo com o Ministro da Fazenda. Observei, então:

"Impõe-se ressaltar o que há de mais importante nas deliberações tomadas pelo Presidente da República, em reunião do CDE: pôde o Governo tomar decisões de tal porte e tão positivas para a economia nacional, face ao êxito já alcançado pelas duras medidas antiinflacionárias, não faz muito, postas em execução."

Ressaltei a dificuldade de controlar e reduzir a inflação num contexto interno e externo dos mais difíceis, inclusive porque a inflação flagela, hoje, todo o mundo, abalando a economia mesmo dos países mais desenvolvidos e ricos. Todos sabemos das dificuldades que asoberbam o Brasil há alguns anos, desde a multiplicação dos preços do petróleo, impondo-nos sacrifícios bem pesados. Felizmente, o Governo tem sabido adotar as medidas certas para enfrentar Conjuntura tão desfavorável e, sobretudo, tem tido a coragem necessária para providências que, nem sempre, são devidamente compreendidas por todos. O eminente Presidente Ernesto Geisel tem sido timoneiro seguro, e sua árdua tarefa se acha, hoje, favorecida pela unidade de pontos de vista e de ação do setor governamental diretamente responsável pela execução da política econômico-financeira, especialmente pelos Ministérios da Fazenda, Indústria e do Comércio, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

É preciso dizer, Sr. Presidente, que, por mais duras que tenham sido as medidas adotadas, por imposição da realidade nacional, mantém o Governo o processo de desenvolvimento, se bem que submetido à necessária redução. Mais uma vez, se constata o acerto com que o Governo age no setor econômico-financeiro, pois o Banco do Brasil acaba de anunciar, através do Presidente Karlos Rischbieter, nova redução de juros em oito linhas de crédito, inclusive para o desconto de duplicatas, que caiu, de 25,4%, para 25,2%.

Após essa decisão do Banco do Brasil, e, numa demonstração do desejo de colaborar com o Governo, grandes bancos da rede privada nacional também anunciaram o propósito de reduzir suas taxas de juros. Os que até agora aderiram representam 80% do volume das operações bancárias, o que significa, sem dúvida, valioso apoio à política de redução do custo do dinheiro, medida fundamental para o êxito da luta antiinflacionária.

Simultaneamente, o Presidente da República assinou decreto-lei autorizando as instituições financeiras sob controle da União a limitarem a 20% a correção monetária anual, inclusive em relação ao exercício de 1976, nos contratos de financiamento com empresas privadas nacionais, para projetos considerados de interesse prioritá-

rio. Esta é uma deliberação de grande significação, que terá repercussão a mais benéfica, aliviando as dificuldades em que vive a empresa privada. E, sobretudo, constituirá estímulo e reforço à execução de projetos prioritários, e, assim, fundamentais para o desenvolvimento brasileiro.

Nada mostra, melhor, a ação certa do Governo, no tocante à economia e às finanças, do que declarações feitas à imprensa pelo Dr. Karlos Rischbieter. Afirmou o Presidente do Bando do Brasil que a redução dos juros objetiva acompanhar a queda observada na curva de inflação, nos últimos meses. O Ministro Mário Henrique Simonsen, por sua vez, notou que, embora o percentual de redução não seja expressivo, é suficiente para demonstrar a intenção do Governo de promover um declínio nas taxas, também na rede bancária privada. A redução varia conforme a linha de crédito, tornando-se de inquestionável significação, além de demonstrar, como disse o Ministro da Fazenda, a disposição do Governo de ir deixando os juros à medida em que vão sendo sancionadas as finanças do País.

Sr. Presidente, evidente que providências como essas, agora tomadas, só se tornam possíveis diante dos bons resultados alcançados pelas medidas de combate à inflação. E esses resultados favoráveis surgem a prazo de tempo bastante curto, na demonstração do acerto da ação governamental e, também, da pujança de nossa economia. Parece-nos, assim, que pode o Governo voltar suas vistas para regiões pobres como é o Nordeste, de forma a ir favorecendo, paulatina mas concomitantemente, Estados pobres, carentes de especial atenção por parte da União. Deve o Banco do Brasil ampliar a sua ação benfazeja restabelecendo as operações de desconto de notas promissórias para agropecuaristas e pequenas empresas comerciais e industriais no Nordeste, dadas as condições ainda precárias da Região, que, aliás, tem merecido atenção especial do Governo da União, através dos seus múltiplos instrumentos de ação e política desenvolvimentista.

É este o apelo que ora formulamos ao Ministro Mário Henrique Simonsen e ao Presidente Karlos Rischbieter, e o fazemos, certos de estarmos sintonizados com o pensamento e os sentimentos do eminente Presidente da República, que tão bem conhece a triste realidade do Nordeste e é partidário de toda a ajuda àquela região, cuja total e definitiva integração econômico-social constitui, como é notório, uma de suas preocupações máximas. E, de outra forma não poderia ser, para quem sempre considerou, como principal meta de seu Governo, a melhoria do bem-estar do homem brasileiro. E o nordestino é o que mais necessita do apoio e incentivo da União, vítima que é de fatores diversos que tornaram o Nordeste uma região-problema em nossa Pátria. E, para correção dessa disparidade, os Governos da Revolução tudo têm dado; no afã de eliminar as desigualdades regionais, o que é visto como de absoluta prioridade pelo eminente Presidente Ernesto Geisel.

Os bons resultados, já colhidos, permitem que os órgãos do Governo Federal amparem, cada vez mais, o Nordeste, sem, com isso, prejudicarem o restante do País e, muito menos, comprometerem o êxito da luta antiinflacionária, que não é objetivo apenas do Governo, mas de todos os brasileiros. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Cavalcante.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Já tive oportunidade de abordar desta tribuna o discutido nível da dívida externa brasileira ao final do ano passado. Volto agora ao mesmo tema.

Segundo o Relatório do Banco Central referente ao exercício de 1976, publicado em abril, a dívida bruta totalizava 25 bilhões e 900 milhões de dólares, a 31 de dezembro. Mais recentemente aquele Banco, em seu Boletim de julho, deu cifras definitivas à dívida — 25 bilhões e 985 milhões de dólares, com reservas de 6 bilhões e 544 milhões, do que resultou uma dívida líquida de 19 bilhões e 441 milhões.

Em sua Mensagem ao Congresso Nacional, quando da inauguração da presente sessão legislativa, a 1º de março, disse o Senhor Presidente da República, à página 10:

"Nossa dívida externa bruta passou de 21,2 bilhões de dólares em 1975 para 27,2, mas as reservas de divisas subiram a 6,5 bilhões de dólares (acima dos níveis atingidos em 73, antes da crise do petróleo), reduzindo, assim, a dívida líquida."

Há, portanto, uma diferença de 1 bilhão e 200 milhões de dólares entre o montante consignado na Mensagem Presidencial e o revelado pelo Banco Central. Se tal diferença — 1 bilhão e 200 milhões — não chega a ser estapafúrdia, também não deixa de ser algo ponderável, quer em termos absolutos, quer em termos relativos, mormente pela qualidade dos declarantes.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Permite V. Exª. um aparte?

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Com muito prazer.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Aparentemente, existe uma divergência, em termos numéricos, entre a Mensagem Presidencial que inaugurou a presente sessão legislativa, e a informação dada pelo Banco Central ao encerrar seu exercício financeiro passado. Mas acontece que os Ministérios e os demais Órgãos da Administração Federal remetem os dados à Presidência da República, com a necessária antecedência, para a elaboração da Mensagem. Daí por que sempre existiu uma diferença entre dados de mensagem governamental e dados posteriormente atualizados. Foi esta a razão que me deram, há pouco tempo, sobre assuntos dessa natureza.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Nobre Líder, com o devido respeito, sempre existiram diferenças na casa das unidades, ou das dezenas, mas não diferença de milhões ou de bilhões. E a prova disto é que à mesma página da Mensagem Presidencial que confessa uma dívida bruta de 27,2 bilhões de dólares, nesta mesma página há outros números dados a conhecer em primeira mão pelo Senhor Presidente da República, números redondos, que posteriormente foram absolutamente comprovados pelos boletins do Banco Central.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — V. Exª me permite mais um aparte?

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Permita-me primeiramente mencionar tais números.

Sobre o Produto Interno Bruto disse o Senhor Presidente:

"O produto interno bruto cresceu 8,8%."

Os boletins do Banco Central vieram confirmar integralmente depois que, na verdade, foi de 8,8% o incremento do PIB em 1976.

Das reservas, disse o Senhor Presidente na Mensagem:

"As reservas subiram a 6,56 bilhões."

De fato, o Boletim de julho, agora aparecido, dá números definitivos: 6,544 bilhões, ou seja, o Senhor Presidente da República acertou — pode-se dizer em cheio porque esses dois números são sensivelmente iguais.

Quanto às exportações, disse o Senhor Presidente da República, em sua Mensagem:

"... que as exportações teriam alcançado 12,3 bilhões de dólares".

Posteriormente, o mesmo Boletim do Banco Central dá o número definitivo: 12 bilhões e 278 milhões, o que, aproximando-se, dá exatamente os 12 bilhões e 3 milhões da Mensagem Presidencial.

O índice geral de preços está na Mensagem Presidencial: 46,3, ou seja, a inflação. Número esse que veio a ser posteriormente confir-

mado pelo Relatório Banco Central, à página 49; 46,3. Então, a discrepância cinge-se apenas ao montante da dívida externa bruta: 27,2 bilhões na Mensagem e 25,985 bilhões no Boletim do B.C.

Concedo o aparte ao nobre Senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Pediria que V. Exª colocasse no seu computador um exemplo. O Banco Central do Brasil informa para a composição da Mensagem Presidencial uma dívida de 25 bilhões. Um mês depois (a Mensagem é lida em março) pode ter havido uma diminuição da dívida, ou o seu aumento em virtude da tomada de outro empréstimo. De modo que há de haver sempre certas diferenças. Isto parece que é inevitável.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Não, eminente Senador, de maneira nenhuma é inevitável. E digo mais. Esta discordância num montante tão ponderável pela primeira vez verificada, eu, que me gabo de ser leitor assíduo de todas as mensagens presidenciais e das publicações do Banco Central, constatei-a agora pela vez primeira. E mais. O Senhor Presidente da República, ele próprio é o Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento. Então, talvez, pela ainda vez primeira, um Presidente da República tem em sua própria cabeça os números da dívida externa do Brasil, como também os principais índices relativos à vida financeira do País. Isto não é segredo, absolutamente, para o Presidente Ernesto Geisel. Ele deve ter a sua assessoria econômica, talvez até constituída de pessoas alheias ao Ministério da Fazenda. E a prova de que essa assessoria desempenha a inteiro contendo a sua função de assessorar o Presidente é que todos os dados da Mensagem, inclusive este da dívida externa de 27,2 bilhões, estão absolutamente corretos. Se houver erro não foi da Mensagem do Senhor Presidente da República, como passo a mostrar.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Com muito prazer, eminente Líder.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Há outra hipótese. V. Exª sabe que existe-se para o País o total da dívida externa e, neste contexto, se incluem o setor público e o setor privado. No caso atual, o setor público absorve 55% e o setor privado os restantes 45%, sendo que neste último a prevalência é de empresas estrangeiras ou multinacionais. Se é este o método de mostrar a dívida externa do Brasil, o Governo não tem meios entre a remessa dos dados do Banco Central, para compor a Mensagem Presidencial e, algum tempo depois, o comportamento do setor privado, principalmente daquelas empresas estrangeiras. Volto a dizer — e V. Exª há de me permitir — e tenho ouvido dos economistas da Casa: são perfeitamente explicáveis essas diferenças.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Eminente Líder Eurico Rezende, já declarei antes que os números da Mensagem presidencial, até então lidos, foram absolutamente, confirmados pelos fatos. Quanto à argumentação de V. Exª procurando fazer uma diferença entre dívida do setor privado e dívida do setor público, na prática, absolutamente, tal não se dá. Se daria, sim, se a nossa balança comercial fosse de tal modo superavitária que o devedor particular, na hora de saldar os seus débitos, pudesse adquirir os dólares onde lhe fosse possível. Mas este não é o caso do Brasil. Só se pode adquirir dólares por intermédio do Governo, vez que todos os dólares que entram no País o Governo os toma em seu poder.

E tanto é assim que estou, aqui, com recorte da abalazadíssima coluna "Panorama Econômico", de *O Globo* — para mim é uma Bíblia, cujos versículos leio todos os dias — onde se declara exatamente o que acabei de dizer, de modo mais claro possível:

"O Governo considera", — o recorte é do dia 23-12-76 — todos os empréstimos contratados no exterior, seja por empresas nacionais ou estrangeiras, como dívidas do País, por-

que os contratantes só têm compromisso de pagar os débitos em cruzeiros. A remessa da moeda estrangeira é de responsabilidade do Banco Central, isto é, de todo o País."

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Luiz Cavalcante?

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Com muito prazer.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Nobre Senador Luiz Cavalcante, V. Ex^a está absolutamente certo, procurando dar às Mensagens Presidenciais o seu devido valor. Não é possível ficarmos aqui a pensar que as mensagens estão baseadas no terreno das hipóteses. O nobre Líder da Maioria não está entendendo o pensamento de V. Ex^a. Na verdade, V. Ex^a está querendo dar conhecimento à Casa de que o Presidente da República, através da sua Mensagem, esclarece e dá oportunidade à Nação de realmente conhecer o problema econômico do País. A veracidade da Mensagem presidencial deve estar em primeiro lugar, não as hipóteses de seus Ministros. Congratulo-me com V. Ex^a, porque a mensagem, espelhando a realidade, realmente dá oportunidade de confiabilidade. Não é possível ficar provado, através de um líder do Governo, que a mensagem está baseada no terreno das hipóteses, porque, assim sendo, a Mensagem perde todo o valor. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Nobre Senador Agenor Maria, sou eu quem agradece a V. Ex^a, pois interpretou justamente o meu pensamento a respeito. Se algum senão possa eventualmente existir na Mensagem presidencial, artifícios devem ser feitos em outras fontes para que a Mensagem jamais perca um milímetro da sua credibilidade. Em primeiro lugar, a palavra do Senhor Presidente da República; depois, o primeiro, o segundo e outros escalões.

Felizmente — volto a dizer — os números da Mensagem presidencial estão absolutamente certos e precisos.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, horas a fio, detive-me na confrontação de números e documentos, para tentar descobrir a causa dessa divergência, e afinal tive a explicação do fato, através da palavra de pessoa altamente categorizada, o Sr. Fernão Carlos Botelho Bracher, Diretor da Área Externa do Banco Central. Os nobres colegas que lêem o Boletim do Banco Central encontram, na página final, os nomes dos diretores dos vários Departamentos desse estabelecimento, e, entre eles, o do Sr. Fernão Carlos Botelho Bracher.

Na recente controvérsia suscitada por reportagem da *Folha de São Paulo* a propósito da dívida externa, aquele diretor prestou declarações às Imprensa carioca e paulista, das quais extraí tópicos do *Jornal do Brasil* e da *Gazeta Mercantil* de 29 de julho. No primeiro jornal lê-se:

"Segundo o Sr. Fernão Bracher, a dívida externa chegou oficialmente a 25 bilhões e 900 milhões em 1976. Mas se forem levados em conta os débitos de dezembro, que só foram registrados em janeiro deste ano, a dívida teria chegado a 27 bilhões de dólares."

Em na *Gazeta Mercantil* do mesmo dia 29:

"Para Fernão Bracher, os dados apresentados estariam distorcidos, já que em 1976 o total da dívida bruta, computados apenas os empréstimos registrados até 31 de dezembro, ascendia a US\$ 25,9 bilhões. No entanto, reconheceu que, no mês de dezembro, cerca de US\$ 1,1 bilhão entrou no País sob a forma de empréstimos, elevando, conseqüentemente, a dívida bruta para US\$ 27 bilhões."

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — V. Ex^a me permite, Senador Luiz Cavalcante?

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Com muito prazer, Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Nobre Senador Luiz Cavalcante, a argumentação de V. Ex^a é perfeita. Por mais que o Líder do Governo tenha tentado explicar essa diferença, através de várias hipóteses, S. Ex^a não o conseguiu. Face ao pronunciamento de V. Ex^a, relativamente à dívida externa brasileira, creio que caberia uma análise e mesmo uma pergunta a V. Ex^a. Considerando a magnitude desta dívida externa, considerando, também, o problema das exportações, perguntaria a V. Ex^a: se a dívida externa crescer na mesma velocidade que a exportação brasileira — evidentemente nós teremos em valores absolutos essa diferença crescendo entre a dívida e a exportação — perguntaria, repito se pagaríamos essa dívida através de novo endividamento, — refiro-me aos juros dessa dívida externa, — ou se tentaríamos pagar esses juros através das exportações, pois como disse a V. Ex^a, se elas crescerem na mesma velocidade, esse valor absoluto tenderá a crescer na mesma proporção. É a pergunta que deixaria a V. Ex^a quando aborda o problema da dívida externa brasileira.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) — Nobre Senador Itamar Franco, não sei se vou encontrar aqui o número do qual preciso para responder a V. Ex^a. Mas, diz o relatório do Banco Central, na página 181, que o serviço da dívida, no ano passado, ascendeu a 4 bilhões e 640 milhões de dólares.

Naturalmente que tal quantia será paga pela receita das exportações. No ano passado as exportações renderam, diz o Senhor Presidente da República, 10,130 milhões. Então, vê V. Ex^a que 4 bilhões 640 milhões divididos por 10,1, dá 0,46.

Para este ano, as exportações ascenderão, espera-se, a 12 bilhões de dólares. No entanto, o eminente Líder Virgílio Távora, no seu discurso de sexta-feira, disse que o serviço da dívida, esperado, será de 5,6 bilhões. Tenho aqui as notas taquigráficas do discurso do nobre Senador Virgílio Távora, nas quais, à página 42, está revelado aquele número. Assim, a relação serviço da dívida/exportação, para 1977, será, provavelmente, 0,46, igual à do ano anterior. Não haverá a melhora alguma neste ponto, portanto.

E prossigo, Sr. Presidente:

De tudo — confesso — restou-me uma dúvida: porque os 1100 milhões de dólares entrados em dezembro somente foram contabilizados em janeiro? Teria sido mero artifício contábil? Por que pôde ser contabilizado ainda em dezembro toda a receita resultante do complexo rol das exportações de dezembro, o mesmo não sucedendo com os empréstimos?

Foi com base numa dívida bruta de 25 bilhões e 985 milhões de dólares que o Sr. Ministro da Fazenda, em conferência na Escola Superior de Guerra, a 8 de julho, concluiu que "a relação dívida líquida/exportações baixou ligeiramente em 1976". Ao contrário, tendo realmente a dívida bruta atingido a 27 bilhões e 100 milhões, — como confessa o Sr. Bracher, Diretor da área externa — a referida relação elevou-se de fato a 2,03, portanto ligeiramente acima da marca de 1975 (1,98) e mesmo acima do sinal vermelho, que é 2.

Aliás, também neste ponto é de louvar-se a franqueza e a prudência do Chefe da Nação, em cuja Mensagem confessa e adverte, à página 44 (palavras de Sua Excelência):

"Convém notar que a relação dívida líquida/exportações tem apresentado tendência de crescimento nos últimos dois anos, com coeficiente de 1,5 e 1,9 para os anos de 1974 e 1975. Estima-se que, em 1976, este coeficiente tenha sido ligeiramente superior, sugerindo, a par de racional administração da dívida, maior severidade quanto às medidas de controle de seu montante."

Acertou, mais uma vez em cheio, o Senhor Presidente da República porque, ao contrário do que disse o Sr. Ministro da Fazenda, o coeficiente, dívida líquida de exportações, não baixou ligeiramente mas, ao contrário, subiu ligeiramente, de 1,98 para 2,03.

Vê-se, pois, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que as conclusões a que cheguei têm o respaldo da coincidência com os números presidenciais, o que é sumamente honroso para mim.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Evelásio Vieira.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Inicialmente, o registro de mais uma frustração, de grande perplexidade. Com o intuito de realizar aferições de tendências, no Congresso Nacional, provavelmente também com o objetivo de movimentar o seu departamento de jornalismo político e até mesmo para colaborar com os parlamentares para não continuarem se eternizando sem ter a possibilidade de votar em Presidentes, o *Correio Braziliense* iniciou e prosseguia numa pesquisa.

A iniciativa desse diário teve, de imediato, uma resposta favorável dos parlamentares, que passaram a depositar o seu voto em favor de nomes candidáveis à Presidência da República. O interesse por parte dos parlamentares foi tão grande que, em poucos dias, já haviam votado mais de duzentos e sessenta parlamentares. Quando se aguardava, já, a recepção de mais alguns votos para o encerramento e o nome do candidato mais votado, para curiosidade nossa e da Nação, o jornal suspende a apuração e divulga a seguinte nota lacônica:

"PESQUISA CB

Razões de Estado que ultrapassam a nossa compreensão e forças que vão muito além da nossa capacidade de decisão obrigam-nos a desistir da pesquisa para aferição das tendências latentes no Congresso a respeito dos nomes que reúnem a preferência dos parlamentares para a sucessão do Presidente Geisel. As urnas contendo os votos de 267 parlamentares foram recolhidas a local que nós mesmos ignoramos."

Sr. Presidente e Srs. Senadores, sabíamos que o sistema governamental estaria sem condições para receber um resultado desfavorável para a Presidência da República. Sabíamos, também, em relação às eleições para Governadores, e sabíamos até mesmo para esta Casa, instituindo-se uma eleição inusitada para se ter, aqui, os Srs. Senadores tidos como bionicos. A nossa surpresa, a nossa perplexidade é de constatarmos que o sistema governamental se encontra tão inseguro que não pode receber o resultado de uma prévia eleitoral realizada por um jornal. Isso nos causa estranheza; isso nos leva a uma grande preocupação. O Governo Federal suspender uma prévia eleitoral nos leva a fazer a mesma indagação ao Sr. Deputado Francelino Pereira, Presidente da Aliança Renovadora Nacional: "Que país é este?" Em que país nos encontramos, Sr. Presidente, em que o Governo se preocupa com uma simples prévia eleitoral, realizada por um jornal?

Realmente e, também, infelizmente, o sistema governamental está inseguro, está intranquilo. A prévia poderia abalar as estruturas governamentais.

Era o registro que, a meu juízo, deveria ser feito, por oportuno e pela espécie que causa.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, as obrigações da representatividade implicam, indiscutivelmente, no contato permanente e sistemático com as raízes não apenas eleitorais, mas com a própria realidade do povo e das comunidades em cujos nomes falamos e promovemos gestões para dar-lhes progresso, bem-estar e reconhecimento em níveis mais extensos.

Por este motivo, as atividades parlamentares, para serem legítimas e representativas como devidas, devem se fundamentar em ambos os aspectos: denunciar, analisar, propôr soluções e alternativas para os problemas de todas as origens, a par de uma atualização sempre renovada com sua natureza específica.

Foi assim que, cumprindo um vasto roteiro de visitas e contatos, tive a oportunidade de percorrer várias dezenas de municípios de

quatro regiões do meu Estado de Santa Catarina, durante o recesso parlamentar de julho último. Participei de reuniões com Prefeitos, Vereadores, líderes comunitários, empresários, trabalhadores urbanos e rurais, estudantes, enfim, praticamente todos os setores produtivos e representativos.

Em todas as ocasiões, buscamos, reunidos, as informações, dados, subsídios da realidade catarinense, a fim de melhor orientarmos a luta comum que levará, mercê de Deus e do trabalho consciencioso coletivo, ao progresso e à felicidade com que todos sonhamos.

A tônica das opiniões então colhidas, o sentimento generalizado, tanto entre os setores políticos como em praticamente todos os demais, é de desilusão, de angústia, de preocupação, de desalento.

O chamado "pacote de abril" e as cassações de diversos mandatos ainda atordoam os companheiros de partido e os próprios partidários da ARENA encontram dificuldades para se recuperarem de suas consequências e de seu impacto, notadamente do golpe que afastou de nosso convívio o próprio Líder Alencar Furtado.

Embrulhados no "pacote" tenebroso, todos os setores dedicados à causa pública temem pela crescente desilusão do povo com suas instituições políticas; a sensação de que o voto é inútil e hoje carente de valor real, crescente entre os cidadãos, está sendo combatida com denodo pelos verdadeiros líderes catarinenses, empenhados em superar, mais uma vez, o impasse.

Nos outros setores o clima é também de inquietação, atingindo empresários, agricultores, trabalhadores urbanos, estudantes; todos preocupados e aflitos com as dificuldades, sempre maiores, nos setores econômico, financeiro, agropecuário, salarial, educacional, social, etc.

O industrial apresentando justas queixas contra a dificuldade em encontrar mão-de-obra qualificada em quantidade e qualidade apreciáveis, sim, porque o ensino profissionalizante segue sendo apenas uma perspectiva; do alto custo do dinheiro, agravado pelas dificuldades e restrições impostas pelas autoridades do setor creditício à sua obtenção; da alta carga tributária; dos depósitos compulsórios para aquisição de matérias-primas, das peças de reposição, do óleo combustível, das elevadas tarifas dos serviços públicos que, em 10 anos, tiveram aumento de mais de 800%, o que oferece a média espantosa, inadmissível, de quase 100% ao ano; do alto preço dos fretes.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço o nobre Senador Agenor Maria, com prazer.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Nobre Senador Evelásio Vieira, V. Ex^a tem, na realidade, imensa razão em trazer para esta Casa as suas preocupações, que são as mesmas daqueles que, trabalhando, engrandecem o Estado de Santa Catarina. No meu Estado o problema não é mais só de inquietação, há uma angústia profunda e, ao mesmo tempo, a desmotivação e a desolação a tomar conta de todos. É necessário que o Governo acorde para uma realidade; o povo que trabalha precisa ter em seus corações a esperança de que, com aquele trabalho, desenvolva e tenha perspectivas, pois desaparecendo essas perspectivas e essas esperanças ele pára de trabalhar, e parando de trabalhar, o País vai sofrer muito mais. Diz V. Ex^a muito bem, as tarifas subiram assustadoramente, e tendo há poucos dias as tarifas dos Correios e Telégrafos constatee que algumas espécies de tarifas chegaram a subir 1.200%, neste últimos 10 anos. Então, o que se vê, Senador Evelásio Vieira, é que as leis parecem que são elaboradas, tendo em vista apenas o lucro do capital, a criatura humana é um mero e simples instrumento, e o Governo não está acordando para uma realidade mais forte — a de que o homem é o começo e o fim de tudo. Congratulo-me com V. Ex^a e tenho a impressão de que nos resta, apenas, daqui desta tribuna, continuar a falar, a esperar e procurar acordar o Governo para esta grande realidade que o Brasil está vivendo nos dias atuais.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Muito grato a V. Ex^a, pela magnífica colaboração que presta ao nosso discurso.

O comerciante, reclamando da diminuição de suas vendas, em razão da queda do poder aquisitivo da maioria dos trabalhadores urbanos e rurais, agravada pelas dificuldades e pelos ônus quase insuportáveis sobre o crédito pessoal e o direito ao consumidor. Os preços são forçosamente elevados, não apenas para fazer face aos altos custos das mercadorias, mas também para cobrir a vultosa carga tributária que se acumula ao longo do processo de produção, industrialização, distribuição e venda ao público.

O agricultor não tem como esconder ou disfarçar sua insatisfação, sua frustração, pela desigualdade entre as despesas com a plantação, colheita e preparação da lavoura e os preços mínimos fixados pelo Governo — agravado, não raro, pela desvalorização brutal de produtos vitais como arroz, que há 3 anos era vendido a 110 cruzeiros a saca de 45 quilos, e hoje não passa de 85 cruzeiros por 50 quilos. A mandioca, que atingiu em 1976 a cotação de até 700 cruzeiros a tonelada, este ano não passa de 300, por problemas que vão desde a baixa qualidade das sementes, até a exploração desenfreada desenvolvida pelos intermediários. Nesse trajeto, da semente à colocação no mercado, esbarra o produtor rural nas deficiências e nas distorções do crédito, da falta de técnicos específicos e capacitados, elevados preços de insumos como calcário, fertilizantes, defensivos, ausência de seguro agrícola, de estrutura educacional para seus filhos.

O trabalhador urbano protestando contra o salário, cada vez mais distante do poder de compra, a cada dia mais desequilibrado em relação às necessidades familiares e pessoais básicas como alimentação, lazer, educação, transportes, saúde, habitação. Aluguéis sempre mais elevados, alimentados e incentivados pela voracidade da especulação imobiliária e pela inexistência de mecanismos legais que protejam os inquilinos.

O estudante, marginalizado e perseguido quando se queixa da má qualidade do ensino que lhe é ministrado, pelas taxas e anuidades descabidas que são cobradas.

Avaliem V. Ex^{as} o constrangimento que sinto ao registrar o que pode ser facilmente constatável: o clima de descontentamento, de frustração do catarinense é bem pior que no início do ano.

As coisas, na realidade, continuam muito ruins, com dificuldades agravadas, ausência de perspectivas de melhoras.

E à medida que estendia o diálogo, ampliava os contatos, o que era uma impressão se transformava em convicção: o povo está descrente da capacidade dos que dirigem a Nação em reencontrar o caminho da prosperidade, da paz social. O Governo perdeu a credibilidade.

É um estado de espírito dominante não apenas entre os catarinenses, mas presente em todos os lares brasileiros — e disso temos testemunhos insuspeitos e fundamentados, partidos de figuras as mais respeitadas da própria agremiação partidária que dá suporte ao Governo e suas iniciativas.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço novamente V. Ex^a, com prazer.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Senador Evelásio Vieira, V. Ex^a falou na baixa do arroz de Cr\$ 110,00 para Cr\$ 85,00. Desejo, com esse pequeno aparte, dar conhecimento que essa baixa do arroz pode ter sido entre o produtor e o intermediário, porque nós, consumidores, estamos pagando a cada ano que passa o arroz mais caro, vemos que essa baixa não veio beneficiar o consumidor de arroz nem de Brasília, nem do resto do Brasil. Essa baixa, se existiu em Santa Catarina, existiu em detrimento apenas do agricultor, em benefício do intermediário, porque o consumidor, volto a dizer, está pagando o arroz esse ano mais caro do que o ano passado; e pagou mais caro o ano passado do que no ano retrasado; e assim sucessivamente. Isto

acontece possivelmente com o arroz de Santa Catarina onde o intermediário se locupleta, como acontece com o algodão do Nordeste que, apesar de ter um preço mais baixo este ano nós estamos comprando a manufatura muito mais cara do que o ano passado.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Tem razão V. Ex^a. Isso tudo acontece porque não temos um sistema verdadeiro, adequado, de comercialização; há carência de silos e armazéns; há um sistema de transporte inadequado; não há um preço-mínimo compensador oferecido pelo Governo aos produtos agrícolas. Disso tudo e de outros fatores se prevalecem os intermediários gananciosos e exploram aquele que produz e aquele que consome.

Os erros do alto comando governamental, concordam todos, sucedem-se porque lhe falta capacidade administrativa.

Agisse o Governo com inteligência e discernimento na seleção das prioridades, não estaríamos vivendo momentos tão difíceis, para muitos já dramáticos.

O Brasil tem potencial para alimentar mais e melhor seus filhos por preços menores, através de maior produtividade, gerando excedentes exportáveis para alcançar o equilíbrio na balança comercial. Mas ao invés de investir na agropecuária, o Governo prefere dar prioridade aos manufaturados para exportação, mesmo sem contarmos com tecnologia, mão-de-obra qualificada suficiente para produzi-los em qualidade e a preços competitivos.

A realidade se impõe e avulta ante as vistas de quantos saibam e queiram enxergá-la: o Brasil não dispõe das condições fundamentais para produzir manufaturados para exportação. Devemos, portanto, buscar na agropecuária a via mais rápida e rentável para a obtenção do equilíbrio na balança comercial.

Os números registrados neste princípio de ano comprovam o que afirmo: foi com a exportação de alguns produtos agrícolas como café, soja, cacau, milho, suco de frutas, que conseguimos nivelar nossa conta com os outros países. E é pela prática de atividades rurais que conseguiremos encontrar magnífico canal de distribuição da riqueza nacional, fortalecendo um mercado consumidor de 40 milhões de brasileiros.

Um contingente hoje estrangulado, que precisa e pede não para comprar automóvel de luxo, eletrodomésticos sofisticados, telefones para falar diretamente via satélite — mas para poder adquirir remédios nas doenças, moradia, calçado, vestuário, oferecer ao menos os níveis fundamentais de educação aos filhos.

A verdade, portanto, precisa ser dita, reafirmada, enfatizada: fortalecendo a agricultura poderemos conseguir, quando menos, a diminuição de catástrofes sociais como o êxodo rural e suas seqüelas, a marginalidade, a delinquência, a prostituição nos centros urbanos.

Reside na agropecuária, inequivocamente, o caminho mais válido, mais certo, mais rápido para alcançarmos o desenvolvimento que desejamos e precisamos, sem menosprezo pelos setores secundário e terciário.

Salta aos olhos, entretanto, o quadro de terras abundantes, sol, chuvas, climas diversificados e vocação agrícola secular, permitindo e prometendo praticamente todas as práticas rurais.

O que falta?

Falta a decisão inteligente, sábia e corajosa de explorar essas extraordinárias potencialidades, que poucos países possuem. A carência de alimentos no mundo, é sempre maior.

Propiciemos aos nossos ruralistas as ferramentas indispensáveis — e teremos, a médio prazo, um País disputando com os Estados Unidos a liderança na produção mundial de alimentos.

Implante-se e coloque-se à disposição do produtor rural um verdadeiro sistema de comercialização, para não mais assistirmos pela televisão, entristecidos e envergonhados, a queima de produtos agrícolas ou seu lançamento em rios, como há dias aconteceu no empobrecido Nordeste, com a cebola.

Vamos construir silos, armazéns, instalar câmaras frigoríficas, modernizar nossas ferrovias, estendê-las aos centros de produção, construir estradas vicinais, melhorar os transportes fluviais, dinamizar a navegação de cabotagem. Criar, sobretudo, uma infraestrutura que valorize a produção rural, propiciando a quem gera a

riqueza maior parcela do ganho que hoje é consumido pelo intermediário. Precisamos combater o absurdo que representa o fato de que vários de nossos produtos agrícolas receberem nas porteiras das fazendas preços inferiores aos dos produzidos pelos norte-americanos, mas bem superiores quando chegam aos mercados, aos portos.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Terei prazer em escutar o Senador Benjamim Farah.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — Quero expressar a V. Ex^a a minha solidariedade às suas palavras. Realmente, V. Ex^a tem toda a razão, há dificuldade de colocação de produtos. Mas se V. Ex^a percorrer os supermercados, como eu faço, aliás, semanalmente, verá que ocorre uma elevação no preço das utilidades. No ano passado, certo tipo de queijo que custava 12 ou 13 cruzeiros, esse mesmo tipo está agora acima de 30 cruzeiros. O que custava 18 cruzeiros está aproximadamente entre 70 e 80 cruzeiros. Cebola, V. Ex^a disse que jogaram no rio, os jornais deram e nós lemos. Fato idêntico, triste, aliás, foi também, lá em Mato Grosso, a perda de milhões de cabeças de bois, que poderiam ter sido retirados daquelas áreas, daquele *habitat*, e levados para outras áreas, porque a enchente no pantanal é periódica. Todo mundo sabe, qualquer peão, qualquer operário rural sabe que aquela enchente vem sistematicamente todos os anos. Então, poderiam afastar aquele gado dali, levá-lo para outra zona, poderiam abatê-lo, vender carne barata para nossos irmãos do Nordeste, que se distribuisse até, seria muito melhor do que perder. Temos dificuldades, por exemplo na reconquista do solo estragado pela erosão, aliás grande inimiga da humanidade. Por outro lado, a incidência demográfica aumenta em toda parte no mundo todo, e não temos o cuidado — digamos assim — pelo menos de salvar aqueles produtos para alimentar o nosso povo, como é o caso da cebola, como é o caso do gado, como é o caso do tomate, que eu via lá no Estado do Rio, cujo preço não dava nem para pagar o transporte e foi jogada para os porcos. Assim, quero deixar aqui uma sugestão para o Governo mobilizar esses órgãos de propaganda, que funcionam com a aquiescência do Governo. Por exemplo, a televisão, que é uma concessão do Governo, em contrapartida podia dar também uma colaboração na preparação dos nossos estudiosos, sobretudo na preparação desse pessoal do interior, para que eles aprendessem um pouco de agricultura, um pouco de agropecuária, como é que se maneja o gado, como se tira o leite, qual é o processo de esterilização. A mesma coisa na criação de outros animais, porcos, coelhos, enfim, outros animais de interesse do homem, e também em relação à agricultura, por exemplo o terreno mais apropriado para a plantação das frutas cítricas. Como esses órgãos de difusão são concessões do Governo, este também pode pedir alguma coisa a esses órgãos. As nossas famílias, o nosso povo está interessado no desenvolvimento, não quer só assistir àquelas cenas, muitas das quais nem deveriam chegar aos nossos lares, mas nelas penetram através da televisão. Nós queríamos ver aquilo que vimos em outros países. Nos Estados Unidos, vi uma aula de orientação agrícola, de como se cuida do porco, como é que se cuida da galinha, como é que se cuida da vaca, como é que se tira leite. Tudo isso devíamos levar, através da propaganda, para a nossa gente e não somente aquelas cenas amorosas, muitas das quais abomináveis. Queremos, também, a preparação, no sentido de ajudar esse povo. Há necessidade de preparação, educação. V. Ex^a tem razão, e por isso solidarizo-me com V. Ex^a. Vamos somar esforços para que, num futuro próximo, não se jogue fora a cebola, não se deixe o gado morrer, não joguem para os porcos os tomates, tão carinhosamente cultivados por nossos agricultores. Era o aparte que queria dar a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella. Fazendo soar a campainha.) — Advirto ao nobre orador que só dispõe de cinco minutos.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Muito obrigado pela advertência, Sr. Presidente.

V. Ex^a sabe, nobre Senador Benjamim Farah, a quase totalidade da população brasileira sabe, apenas o Governo é que não enxergou ainda, que a agropecuária brasileira é o melhor caminho para o nosso mais rápido desenvolvimento. O Governo, como é incapaz, prefere comprar leite da Polônia, da Alemanha, comprar o feijão no exterior, a cebola, o arroz, a carne, etc., porque lá ele paga a longo prazo, embora a dívida vá a 30 bilhões de dólares. No próximo ano deverá atingir os 33 bilhões de dólares, e, talvez, a 40 bilhões posteriormente, porque o Governo é incapaz de explorar essas potencialidades, por exemplo, preparar realmente os jovens do interior que manifestarem vocação e disposição para a atividade agropecuária, dando-lhes colégios agrícolas, e faculdades de Agronomia e Veterinária. Precisamos reconhecer que somos um País enormemente desprovido de tais escolas — e providenciar a correção dessa grave lacuna, pois como poderemos almejar melhores índices de produtividade se não oferecermos meios para a preparação, a instrumentação dos nossos jovens ruralistas?

Vamos, Governos federal e estaduais, constituir patrulhas mecanizadas e colocá-las a serviço dos pequenos agricultores, sob aluguel. Isso, aliás, já vem sendo feito com resultados expressivos por alguns Estados e Municípios, cónscios da realidade de que nosso produtor rural não dispõe de recursos financeiros para aquisição e, principalmente, não pode possuir uma ou mais máquinas para utilização apenas durante um par de meses e ociosidade durante o resto do ano.

Essas mesmas máquinas, entretanto, operadas e alocadas pelo Governo estariam produzindo praticamente o ano todo, atendendo a uma extensão bem mais significativa de agricultor.

Vamos instituir, de uma vez por todas, o Seguro Agrícola, promessa renovada pelo Presidente Geisel no início de seu Governo mas que continua sendo apenas um, mais um, dos sonhos dourados do nosso sofrido agricultor.

As medidas que analisei, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não são inexecutáveis e muito menos irrealistas — pelo contrário, nascem da profunda convicção de que estão em nossas raízes agropecuárias os fundamentos para nosso progresso, da convicção expressa pelos próprios produtores de que esse caminho, acima de ser certo e viável, é urgente.

O que falta, devo repetir, é discernimento por parte do Governo.

Além da inércia, a imposição de obstáculos. Sobre o desestímulo, o gravame extra do tratamento desigual: para as indústrias existem programas mínimos de incentivos fiscais, crédito favorecido, proteção tarifária e outras vantagens. Para o agricultor, o que existe?

Confiscos!

O Governo constrói portentosas hidrelétricas, realiza intensa e bombástica divulgação publicitária, oferece caravanas de aviões a jato para visitá-las. Mas, esquece de construir, no interior, pequenas usinas para dar luz e energia elétrica aos colonos.

Assegura-se ensino gratuito para filhos de famílias abastadas, nas Capitais — mas olvida a oferta de educação elementar aos filhos das famílias sofridas dos ruralistas.

Essas distorções, essa sentida irrealidade, levam a fatos dolorosos e contraditórios: temos vocação agrícola, terras em abundância, todos os recursos para assumirmos as obrigações e os lucros de celeiro do mundo — mas, por incapacidade governamental, assistimos, envergonhados, à luta física de brasileiros que disputam a compra de dois quilos de feijão mexicano para minorar sua fome.

Esse fato vergonhoso e desesperador ocorreu e ainda ocorre no Rio de Janeiro, um dos maiores centros financeiros, sociais e culturais do Brasil. E sua projeção em todos os mercados, vendas, empórios e comércios desse imenso interior permite concluir que ainda há muito que fazer, até que nosso País se capacite do futuro próspero e glorioso que seus governantes ainda não conseguiram vislumbrar.

É por estas razões, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que temos constantemente ocupado a tribuna desta Casa, para falar, para enfatizar a necessidade de uma reversão de ênfase, em relação ao setor industrial, ao setor agrícola. Se o Brasil marchar mais decisivamente para o setor da agropecuária poderá, ali, buscar mais alimentação para os brasileiros e conseguir excedentes para buscar o nivelamento na balança comercial. Poderá, ainda, conseguir divisas para desenvolver a tecnologia e expandir o ensino profissionalizante, a fim de nos prepararmos melhor para o comércio exterior. Depois deveremos, então, dar ênfase às exportações dos produtos manufaturados e semimanufaturados. Enquanto não tivermos as condições básicas, deveremos aproveitar essas potencialidades que acabamos de enumerar.

Esta é mais uma tentativa de colaboração da Oposição para com o Governo. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eurico Rezende, Líder da Maioria.

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) Na qualidade de Líder da Maioria, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A primeira parte, da presença do eminente Senador Evelásio Vieira, envolveu o episódio da pesquisa que o brilhante matutino *Correio Braziliense* vinha realizando, e que acaba de ser interrompida ou suspensa.

Em primeiro lugar, desejo congratular-me com aquele jornal que, ao adotar essa decisão, assimilou uma conveniência de palpitante atualidade.

O eminente Presidente Ernesto Geisel, desde dezembro do ano passado, o ilustre Presidente do nosso Partido, o Sr. Deputado Francelino Pereira, recentemente e, finalmente, toda a cúpula partidária desaconselharam a deflagração do processo sucessório porque tal medida, obviamente, causaria perturbações ao bom desempenho da administração pública, dada a indissolúvel sensibilidade e justo interesse que o problema suscitaria em todo o País.

S. Ex^a dardejou o seu protesto e declarou que a providência adotada pelo próprio *Correio Braziliense* devia ser encarada como o resultado de pressões governamentais.

Mas, Sr. Presidente, o ilustre representante de Santa Catarina não forneceu uma informação completa à Casa e à Nação. O Sr. Edilson Cid Varela é o Diretor-Superintendente do *Correio Braziliense*...

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — V. Ex^a dá licença para um aparte?

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) — Ouço V. Ex^a

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — É evidente que a versão trazida por V. Ex^a é puramente pessoal. A simples leitura do texto desmente as afirmações iniciais de V. Ex^a, de que foi de *moto próprio* do jornal ou a desistência da pesquisa. Ouça V. Ex^a: "Razões de Estado que ultrapassam a nossa compreensão e forças que vão muito além da nossa capacidade de decisão..." É evidente que ninguém, nem qualquer entidade, faz algo contra a sua própria vontade, se uma força maior e incoercível não estiver por cima disso. Está bastante claro, num português bastante inteligível — que forças, que foram muito além da capacidade decisória daquele jornal, o obrigaram a isso. Está muito evidente, e não se pode tirar nenhuma outra conclusão, senão que uma força maior se levantou e calou a pesquisa. Daí o MDB ter protestado, porque não foi uma decisão *interna corporis* do jornal e, sim, afirmativamente uma força superior, claramente definida na nota oficial do próprio jornal, que fez com que ele abandonasse uma intenção prévia do mais elementar dos direitos, que seria auscultar a opinião dos representantes do povo.

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) — Preferiria ouvir os apartes de V. Ex^a para compor e disciplinar melhor o debate. Pela ordem, concedo o aparte ao nobre Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Preferiria que V. Ex^a continuasse a falar, pelo seguinte: V. Ex^a ia dizer que o Superinten-

dente do *Correio Braziliense*, por certo, vai justificar dizendo que foi uma medida interna do jornal. Gostaria, então, de ouvir esse detalhamento de V. Ex^a para, depois, apartá-lo, se for possível.

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) — Ouvirei, agora, o eminente Senador Evelásio Vieira.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Eminente Líder, entro porque compreendo perfeitamente a posição difícil de V. Ex^a nesse episódio. Entro para colaborar, para dar mais tempo para um melhor raciocínio, enfim, para encontrar uma outra tangente. Mas, confesso a V. Ex^a, renovo a afirmativa de que fiquei perplexo, como provavelmente todo o Brasil, com a decisão do Governo de proibir, segundo o próprio jornal *Correio Braziliense*, o prosseguimento dessa pesquisa. Sempre foram feitas pesquisas no Brasil; nunca houve proibição. Porventura seria desonroso o eminente Senador Magalhães Pinto surgir no resultado da votação abaixo de outro candidato? Não. Como também não seria se a pesquisa evidenciasse uma vitória quilométrica desse grande líder revolucionário que foi o Senador Magalhães Pinto. Por isso tudo é que passei a admitir, e provavelmente a Nação, que o Governo, que se evidencia inseguro para permitir um pleito eleitoral para a Presidência da República, para governos estaduais, para esta Casa — inclusive com uma eleição inusitada, trazendo para cá Senadores biônicos —, ficou agora preocupado e inseguro com uma prévia eleitoral cujo resultado ainda não se sabia, mas que, provavelmente, contrariaria interesses de homens fortes do sistema governamental.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — É alergia ao voto secreto!

O Sr. Leite Chaves (MDB — PR) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) — Darei depois a V. Ex^a Aliás, devo dizer que V. Ex^a foi o dono da semana parlamentar passada, pronunciando um discurso inspirado na prudência, no patriotismo e, sobretudo, no espírito de responsabilidade. Mas, como disponho de apenas 20 minutos desejo responder às intervenções com que me gratificaram os meus eminentes colegas. O aparte do ilustre Senador Itamar Franco fica no estaleiro, segundo desejo de S. Ex^a que, em seguida, me aparteará, após as explicações que pretendo dar. Posteriormente darei o aparte ao nobre Senador Leite Chaves.

Sr. Presidente, em primeiro lugar desejo refutar a afirmativa do eminente representante de Santa Catarina no sentido de que eu estou em posição difícil. Nunca foi tão fácil ser Líder de Governo, neste País, como nos últimos anos.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Percebe-se...

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) — Difícil era sê-lo há 13 anos atrás em que a regra geral era a intranquilidade da família brasileira; era a desordem nas ruas e nos campos; era um país que não se preparava para a sua modernização; era uma nação cuja imagem exportada era penosa e, mais do que isso, era desmoralizada. Nós, da ARENA, vivemos uma das melhores e prósperas fases que experimenta o nosso País.

Mas, Sr. Presidente, dizia eu, quando fui obsequiosamente interrompido, que a informação dada à Casa e à Nação, pelo Sr. Senador Evelásio Vieira, foi incompleta.

O Sr. Edilson Cid Varela é o Diretor-Superintendente do *Correio Braziliense*. É, portanto, o ponto mais alto da hierarquia administrativa daquele jornal e declarou ele, ao *Jornal do Brasil*, em interlocução telefônica cujo texto vou reproduzir para que se restabeleça a plenitude da verdade:

"JORNAL SUSPENDE PRÉVIA"

Isto é, o *Jornal do Brasil*, edição de hoje.

Deveria, o Senhor Senador Evelásio Vieira também se interessar por problemas nacionais; ler, auscultar os problemas, aqui do nosso Distrito Federal, mas se interessar, também, pelo País.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Dá licença, Senador, rapidamente?

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) — Não! Agora não, porque V. Ex^a estará apartando o *Jornal do Brasil*.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — V. Ex^a ainda não iniciou!

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) —

"Brasília — "Alegando razões de Estado" e a interferência de "forças que vão muito além da nossa capacidade de decisão", o *Correio Braziliense* divulgou ontem, em sua primeira página, que fora obrigado a desistir da pesquisa eleitoral para aferição "das tendências latentes no Congresso a respeito dos nomes que reúnem a preferência dos parlamentares para a sucessão do Presidente Geisel".

O diretor-superintendente do jornal, Sr. Edilson Cid Varela, disse, no entanto, por telefone, que o fato não se deveu a pressões nem proibições de fora do jornal, resultando de uma decisão interna da direção do *Correio Braziliense*."

Não se trata, portanto, de uma ingerência *extra corporis*, e sim *interna corporis*.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Permite-me V. Ex^a agora?

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) — E mais, prossiga o jornal:

"A nota de primeira página do *Correio Braziliense* dizia ainda que as urnas contendo os votos dos 267 parlamentares "foram recolhidas a local que nós mesmos ignoramos", dando a entender que teriam sido apreendidas."

Mas o Sr. Varela, Diretor Superintendente do *Correio Braziliense* — palavras minhas — mais uma vez explicou:

"Foi apenas uma colocação do jornal para evitar que alguém as procure para votar."

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Dá licença, nobre Senador?

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) — Então, Sr. Presidente, quer me parecer que a palavra do Diretor de uma empresa é esgotante, quando se estabelece uma possível controvérsia. Aqui está a palavra oficial do *Correio Braziliense*.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Permite V. Ex^a?

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Leite Chaves (MDB — PR) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) — Vou, agora, conceder o aparte ao eminente Senador Leite Chaves, logo em seguida o darei a V. Ex^as

O Sr. Leite Chaves (MDB — PR) — Agradeço a atenção de V. Ex^a Mas o que deploro não é apenas que o *Correio Braziliense* tenha sido preterido nesse direito de realizar prévia para informar corretamente aos seus leitores. O que mais lamento é que a Lei deixe de ser cumprida nesse particular, porque, de acordo com a Lei Eleitoral, as prévias somente são vedadas noventa dias antes das eleições. Qualquer pessoa, acerca de qualquer assunto, poderá realizar prévias, antes desse período eleitoral. Então, a Lei é que deixou de ser cumprida. Também não entendo como o *Correio Braziliense*, ao longo de três ou quatro dias, realizando tranquilamente a pesquisa, não atentou para a inconveniência de fazê-lo, somente tomando esta providência no ato de apuração. Outra coisa, Senador, esta Casa levou a sério a pesquisa porque o jornal é respeitável e foi feita a prévia sob a sua invocação. E todos votaram; alguns, inclusive, assinando o próprio voto. Entretanto, desapareceu a urna. Essas pessoas que votaram têm o direito de exigir do jornal o seu voto.

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) — V. Ex^a pode impetrar um mandado de segurança.

O Sr. Leite Chaves (MDB — PR) — Mas como? Então V. Ex^a concorda que houve autoridade que avocou essa urna?

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) — Não! Eu estou achando que para um conceito estapafúrdio como esse, eu tenho que responder com estapafúrdio, também.

O Sr. Leite Chaves (MDB — PR) — Seria um mandado de segurança contra quem? Seria uma busca e apreensão? Outra coisa, o voto foi confiado ao jornal.

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) — Eu poderia responder que a Lei, também, proíbe propaganda eleitoral fora dos prazos. Mas respondo de outra maneira: V. Ex^as vêm, de quando em vez, reclamando contra o cerceamento à liberdade de imprensa. Então não me parece justo que a Oposição censure o *Correio Braziliense* porque desistiu de um comportamento. Isto é violar a liberdade de imprensa.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — V. Ex^a me dá licença de um aparte?

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) — V. Ex^as são violadores confessos da liberdade de imprensa. Estão tentando cercar a vontade do *Correio Braziliense* que foi a de suspender a pesquisa por motivos *interna corporis*, como declarou o Diretor-Superintendente do *Correio Braziliense*. Isto é uma questão elementar, uma questão curial, mas o Sr. Senador Evelásio Vieira resolveu operar a toda carga com a meia verdade...

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — V. Ex^a me permite?

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) — ... ou com a informação fracionada ...

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — V. Ex^a me permite, nobre Senador?

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) — ... não trouxe para cá, como lhe competia, a opinião oficial do *Correio Braziliense*, primeiro porque foi publicada e segundo porque é de autoria de quem? Em caso de dúvida, repõe — no caso o Sr. Cid Varela — a verdade na plenitude da sua extensão.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Dá licença para um aparte, Senador? (Assentimento do orador.) Não posso concordar com V. Ex^a quando diz que fez uma meia verdade. Li a nota publicada, no domingo, em que o *Correio Braziliense* justificava a suspensão daquela enquete. Li a nota do *Jornal do Brasil*, publicando afirmações do Diretor do Jornal que a mesma nota reconhece que desconhece o paradeiro da urna — e estabeleceu aquela nota publicada pelo *Jornal do Brasil*, às declarações do jornalista Cid Varela uma dúvida. Fui buscar na edição, de hoje, do *Correio Braziliense* a confirmação. E o *Correio Braziliense*, na sua edição de hoje, segunda-feira, não publica mais nada relativamente à decisão de suprimir aquela enquete. Por que o *Correio Braziliense*, hoje, não voltou com maiores explicações, com maiores justificativas? Porque a justificativa, nós sabemos, sabe V. Ex^a, todos que estão acompanhando sabem, de que a enquete foi suspensa por decisão do Governo Federal. Não havia razão para isso: a eleição não era válida; era de mentirinha, Senador. Não havia razão para essas preocupações. A eleição era de mentirinha.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella. Fazendo soar a campainha.) — Chamo a atenção do eminente Líder de que o seu tempo está esgotado. Peço concluir o seu pronunciamento.

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) — Quer-me parecer que houve uma contradição entre as últimas palavras do eminente Senador Evelásio Vieira, pronunciadas há poucos instantes, e as referências elogiosas que fez ao eminente Senador Magalhães Pinto, acabando por colocá-lo num processo de "mentirinha". Receba V. Ex^a, eminente Senador Evelásio Vieira, a cordialidade do

meu protesto, porque o nosso eminente colega por Minas Gerais, aliás que nem é de Minas Gerais, porque é hoje patrimônio nacional, não seria motivo jamais de uma especulação fundada por mentirinha.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella. Fazendo soar a campainha.) — Peço aos meus companheiros que não apartem o orador, porque o seu tempo está findo.

O SR. EURICO REZENDE (ARENA — ES) — O meu tempo está esgotado e devo proclamar: o Diretor-Superintendente do *Correio Braziliense* falou e disse. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Acham-se presentes, apenas, 32 Srs. Senadores. Não há *quorum* para deliberação. Em consequência, as matérias constantes dos itens nºs 1 a 3 da pauta têm sua votação adiada para a próxima sessão.

São os seguintes os itens que têm sua votação adiada:

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 217, de 1977, do Senhor Senador Eurico Rezende, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da entrevista concedida pelo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, à Televisão Francesa.

— 2 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 301, de 1976, do Senhor Senador Nelson Carneiro, que altera a redação de dispositivos do art. 22 da Lei Orgânica da Previdência Social, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 274, de 1977, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

— 3 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 89, de 1977, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre a inclusão de Adido Agrícola em representações diplomáticas do País, tendo

PARECER, sob nº 362, de 1977, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 20, de 1977 (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, como conclusão de seu Parecer nº 199, de 1977), que suspende a execução do art. 1º da Lei nº 91, de 27 de dezembro de 1972, do Estado de São Paulo.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra, declaro-a encerrada. Por falta de *quorum* fica sua votação adiada.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 21, de 1977 (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 244, de 1977), que suspende a execução do art. 31, inciso IV, letra c da Lei nº 421, de 24 de dezembro de 1970, alterada pela Lei nº 457, de 18 de dezembro de 1972, ambas do Município de Lucianópolis, no Estado de São Paulo.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Ninguém solicitando a palavra, declaro-a encerrada, ficando sua votação, pela mesma razão, adiada para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Item 6:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 25, de 1977 (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 310, de 1977), que suspende a execução do § 2º, do art. 115, da Lei nº 6.785, de 16 de outubro de 1974, do Estado de Pernambuco.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando discuti-lo, declaro-a encerrada, ficando sua votação igualmente adiada para a sessão seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em maior último, ocupando a tribuna desta Casa, tive a oportunidade de me reportar à situação do professorado da Universidade Federal do Ceará, que continua aguardando o pagamento do restante das diferenças salariais, decorrentes do Plano de Classificação de Cargos.

Transmiti, naquele ensejo, apelo ao Ministro da Educação, no sentido de que apressasse a remessa dos recursos necessários à Reitoria cearense, a fim de que a liberação daquelas vantagens pecuniárias não fosse mais protelada.

Ressaltei, então, que o Professor Pedro Teixeira Barroso, Magnífico Reitor, já cumprira todas as providências de sua alçada, faltando, apenas, a superação dos trâmites burocráticos na área ministerial, aqui em Brasília.

Decorridos mais de dois meses daquela veemente manifestação, em que pesem os esforços da Universidade Federal do Ceará, os mestres permanecem à espera do deslinde daquela justa postulação.

Recorde-se que, por expediente datado de 25 de março passado, encareceu a Reitoria à Pasta da Educação a concessão da verba de 23 milhões e 971 mil cruzeiros para fazer face ao pagamento dos professores e de funcionários regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Novo ofício, com idêntico objetivo, foi encaminhado ao Ministro Ney Braga, no dia 2 de maio, numa reiteração ao anterior, sem que, até agora, haja sido oferecido o numerário reclamado para a cobertura daquela despesa com o pessoal.

Poucos dias antes de encerrar-se o recesso parlamentar de julho, recebi, ainda em Fortaleza, novas solicitações dos interessados, no sentido de que a representação federal do nosso Estado — secundando o trabalho do Magnífico Reitor — envidasse esforços para o desate da já rumorosa pendência.

Na imprensa, a natural apreensão do corpo docente da UFC tem sido objeto de amplo noticiário, conforme se lê em edição recente de um dos grandes jornais da terra:

“Esse pagamento já devia ter sido feito de acordo com o tempo normal de andamento dos processos. Mas, da mesma forma que o pessoal do quadro de funcionários da UFC teve de esperar mais de dois anos, os outros também estão esperando. O pagamento do quadro foi feito no dia 22 de dezembro do ano passado. Segundo o Reitor, a Universidade recebeu apenas 14 milhões de cruzeiros, quando o necessário era de 50 milhões.”

Ao retornar, hoje, ao assunto, no plenário desta Casa, o que pretendo é formular mais um apelo ao Ministério da Educação, para que diligencie a remessa da dotação insistentemente pedida, pondo fim a uma situação vexatória para a nossa Reitoria e muitos de seus servidores.

O Plano de Classificação de Cargos, após mais de dois anos de espera, trouxe, para algumas categorias funcionais, desalento e frustração.

Não se explica, pois, que se adie o pagamento dos atrasados devidos ao funcionalismo federal, como ocorre, agora, com expressiva parcela dos que compõem a Universidade Federal do Ceará.

Daí, a nova investida reivindicatória que me dispus a veicular nesta tribuna, na esperança de que, desta vez, será ela efetivamente acolhida por parte do titular da Educação. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Antes de exaltar, hoje, a figura do Dr. Raul Soares de Moura, recebi, no exercício da Liderança desta Casa, um ofício do Comitê de Imprensa do Senado, relatando que um Deputado, acompanhado de duas pessoas não identificadas, foi à Redação do *Jornal de Brasília*, nesta Capital, com o intuito de agredir o jornalista Sílvio Leite que, na edição de ontem daquele jornal, publicou matéria do desgastado do referido parlamentar.

A agressão teria se agravado não fosse a interferência de outros jornalista que, fisicamente, seguraram o parlamentar, impedindo-o de consumir a violência.

A nota termina, Sr. Presidente, pedindo ao Deputado Marco Antônio Maciel providências contra o referido parlamentar.

Estamos também persuadidos de que V. Ex.^a tomará imediatas providências no sentido de resguardar, nos jornalistas credenciados no Congresso Nacional, o exercício da liberdade de imprensa, já tão comprometido em outros setores oficiais do nosso País.

Nós também, Sr. Presidente, estamos certos que o nobre Deputado Marco Antônio Maciel fará ver a esse parlamentar a atitude que tomou.

O Sr. José Sarney (ARENA — MA) — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Com prazer.

O Sr. José Sarney (ARENA — MA) — A Liderança do Governo não recebeu cópia desse ofício que V. Ex.^a acaba de ler. Mas, da mesma maneira que V. Ex.^a se expressou, nós também, em nome da Maioria, temos a mesma confiança que o Deputado Marco Antônio Maciel, Presidente da Câmara, deverá tomar as providências que forem necessárias.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Muito obrigado a V. Ex.^a

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Minas, sempre consciente e preservadora de suas tradições históricas, jamais deixou de cultivar e reverenciar os seus grandes vultos e personalidades que, não só honraram com suas virtudes e obras o Estado em que nasceram, como também souberam legar aos seus contemporâneos todos os ensinamentos e vivências que acumularam ao longo de suas vidas.

Como tantos outros, e o nosso Estado, felizmente, tem sido pródigo, Raul Soares de Moura é um desses personagens que os mineiros não podem deixar de ressaltar e lembrar nesta hora, quando se comemora seu centenário.

Para mim, particularmente, homem da mesma região em que aquela insigne personalidade nasceu — a Zona da Mata de Minas — torna-se quase um privilégio usar desta tribuna para enfatizar a figura admirável de mineiro e brasileiro que foi Raul Soares, cujo centenário completou-se ontem, tendo nascido na Cidade de Ubá, a 7 de agosto de 1877. filho do Coronel Camilo Soares de Moura e

Amélia Peixoto Soares Moura, e falecido em Belo Horizonte a 3 de agosto de 1924.

O Sr. Magalhães Pinto (ARENA — MG) — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Com muito prazer, Senador Magalhães Pinto.

O Sr. Magalhães Pinto (ARENA — MG) — Louvo a V. Ex.^a, estar hoje trazendo sua homenagem ao Presidente Raul Soares. Nós bem sabemos que, na capital mineira, o Instituto Histórico e Geográfico e o Governo do Estado estarão logo mais pranteando a memória desse ilustre homem público mineiro, que morreu com menos de 47 anos, mas cujo nome figura na História de Minas Gerais com o maior respeito e admiração. Logo mais, teremos ocasião de ouvir os discursos do Presidente da Academia Mineira de Letras, Vivaldi Wenceslau Moreira e do acadêmico Paulo Pinheiro Chagas; ambos irão tecer considerações sobre a personalidade de Raul Soares. Pretendo em breve oportunidade pedir a inserção, em nossos Anais, desses dois discursos que, sem dúvida nenhuma, honrarão não só as Letras, como a História do meu Estado. Louvo pois a V. Ex.^a e associo-me às homenagens que presta, neste instante, à memória de Raul Soares de Moura.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Sou eu quem agradece a V. Ex.^a, Senador Magalhães Pinto, figura querida de toda Minas Gerais e do nosso País, expressão legítima do nosso Estado.

V. Ex.^a, Senador Magalhães Pinto, honra, com seu aparte, o meu pronunciamento nesta tarde. Estou certo também de que a sua trajetória política, quem sabe, há de conduzi-lo, o ano que vem, à Presidência da República.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Muito bem!

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) — Prossigo, Sr. Presidente. Desde cedo, já nos bancos escolares, mostrou os dotes inegáveis de seu talento e inteligência, tendo iniciado seus estudos no Seminário de Mariana e depois prosseguido os mesmos nas Cidades de Barbacena e Ouro Preto, bacharelando-se, em Direito pela Faculdade de São Paulo.

Iniciou a vida profissional como Promotor Público na Cidade mineira de Carangola, transferindo-se, em seguida, em 1903, para Campinas, a fim de ocupar a cadeira de Português do ginásio local.

Regressou, porém, a Minas, em 1910, estabelecendo-se inicialmente em Rio Branco, onde começou sua carreira política elegendo-se Vereador. Em 1911, já era Deputado Estadual e ingressou como Professor da Faculdade de Direito de Belo Horizonte.

Mas, sua brilhante e fulminante carreira política — feita em 15 anos — não para aí, até chegar, em 1922, ao seu ápice, como Governador de Minas Gerais, cargo na época denominado de Presidente do Estado, no exercício do qual faleceu, em 1924, tendo governado com pulso forte e espírito sereno.

Antes desempenhou importantes funções públicas e políticas, como Secretário de Agricultura no período de 1914 a 1917, no Governo de Delfim Moreira; Deputado Federal; Secretário do Interior, de 1918 a 1919 de Arthur Bernardes, de quem foi grande amigo.

Neste último ano, 1919, foi nomeado Ministro da Marinha, durante o mandato de Epitácio Pessoa, tendo se exonerado para se eleger Senador da República em 1921.

Além de proeminente homem público, tendo ocupado os mais importantes cargos em seu Estado e no País, Raul Soares distinguia-se também como escritor, publicando a obra *"O Poeta Cristal"*, e mostrando-se ainda profundo conhecedor de lingüística e da literatura. Pode-se dizer, aliás como é comum em Minas, que ele era um homem de letras que a política absorveu.

Dele, Daniel de Carvalho, seu amigo, diria: "Raul Soares passou pela esfera política como um meteoro, um grande bólido que em vertiginosa ascensão ilumina o cenário com o clarão de sua fulgurante passagem. Todos que dele se aproximaram guardam a lembrança

ça de um homem eminente pelo talento e pelo caráter. Era franco e positivo. Tudo nele inspirava ordem, clareza, nitidez. Era homem de resoluções prontas e ação imediata."

Teve, a pedido de Arthur Bernardes, a tarefa ingente de coordenar a campanha vitoriosa de Epitácio Pessoa à Presidência da República.

Pouco antes de falecer, em julho de 1924, ajudou o Presidente Bernardes a sufocar, através de envio de tropas de Minas o levante do General reformado Isidoro Dias Lopes em São Paulo contra o então Presidente da República.

Um mês depois, combatido por tão ingentes esforços e por uma vida política extremamente dinâmica e agitada, morre o grande mineiro.

Citando Álvares de Azevedo, o orador oficial da solenidade fúnebre, Sr. Noraldino de Lima, diretor da *Imprensa Oficial*, disse:

"— Apagou-se uma das lâmpadas do sacrário, o cibório de nossas dores recebeu mais uma lágrima."

Era o que tinha que dizer, Sr. Presidente, nesta simples homenagem, saudando o grande mineiro e brasileiro, Dr. Raul Soares de Moura. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 20, de 1977 (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 199, de 1977), que suspende a execução do art. 1º da Lei nº 91, de 27 de dezembro de 1972, do Estado de São Paulo.

— 2 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 21, de 1977 (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 244, de 1977), que suspende a execução do art. 31, inciso IV, letra C da Lei nº 421, de 24 de dezembro de 1970, alterada pela Lei nº 457, de 18 de dezembro de 1972, ambas do Município de Lucianópolis, no Estado de São Paulo.

— 3 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 25, de 1977 (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 310, de 1977), que suspende a execução do § 2º, do art. 115, da Lei nº 6.785, de 16 de outubro de 1974, do Estado de Pernambuco.

— 4 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 217, de 1977, do Sr. Senador Eurico Rezende, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da entrevista concedida pelo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, à Televisão Francesa.

— 5 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 301, de 1976, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que altera a redação de dispositivos do art. 22 da Lei Orgânica da Previdência Social e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 274, de 1977, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

— 6 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do

Projeto de Lei do Senado nº 89, de 1977, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que dispõe sobre a inclusão de Adido Agrícola em representações diplomáticas do País, tendo

PARECER, sob nº 362, de 1977, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 30 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LEITE CHAVES NA SESSÃO DE 5-8-77 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O País tem assistido, ao longo desses meses, a esse trepidante e ruidoso problema dos universitários brasileiros.

Hoje, há um desejo de todas as forças vivas da Nação, no sentido de que se encontre uma solução para ele, que a cada dia se torna mais delicado e grave.

Ao longo dos anos, esta Casa tem acompanhado, às vezes até com estímulo, os movimentos estudantis, porque é durante esta fase da vida que se formam as vocações de liderança, e cujos exemplos vêm eclodir, com real valor para o País, no próprio Parlamento ou nos setores do Executivo. Quem nega que grandes vidas públicas obtiveram os primeiros estímulos para o seu exercício na própria universidade? Eu mesmo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, dou um testemunho. Quem mais modesto e inexpressivo do que fui, no que diz respeito a uma atividade de parlamento anterior, pois vim diretamente de uma banca de advogado para esta Casa, para o Senado? Mas, tive uma participação muito intensa na vida estudantil do meu tempo. A UNE foi para mim uma escola, as melhores manifestações de liderança ali encontramos. No País os estudantes sempre tiveram uma admirável atuação; sempre estiveram à frente de grandes movimentos. É nesta fase da vida que alguém amadurece para assunção de responsabilidades. Entretanto, estamos partindo para uma situação não de todo desejável, nem para esta Casa do Parlamento, nem para o próprio Governo.

Diz-se Srs. Senadores, que o Congresso estaria fechado para os estudantes. Não houve isto. Esta Casa sempre esteve aberta, estas galerias sempre estiveram abertas ao povo e aos estudantes. Ao que se sabe, a Presidência não admitiu, de antemão, que aqui se realizasse um conclave quando todos nós estamos em atividades.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Com muito prazer.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Sabe V. Exª que por um motivo, inclusive, constitucional, é o Senado da República o encarregado de uma vigilância que é, até certo ponto, amorosa pela Capital da República. Nós somos, vamos dizer, assim, a Câmara dos Vereadores do Distrito Federal, pela Constituição. É evidente que os acontecimentos de Brasília refletem, fortemente, nesta Casa do povo. Por isso, V. Exª tem ampla e total razão em manter acesa esta chama de preocupação que, hoje, invade esta Casa. Preocupação em que se resolve um problema que está sendo levado a fases perigosas, todos reconhecemos. Acabamos de ler na imprensa de hoje, declarações de que a "crise não atravessou, ainda, o Palácio do Planalto. Mas, certamente, já há de ter atravessado até o Gabinete do Sr. Ministro da Educação. E eu, secundando as palavras de V. Exª, estimaria que o Sr. Ministro, com os poderes morais e poderes de fato que exerce sobre a Educação brasileira, fosse o grande conciliador nessa hora, já perigosa para a nossa juventude, para os pais de família e para esta Casa do povo. Receba, portanto, V. Exª a minha solidariedade de seu colega, e de professor universitário, preocupado com o fato que tem-se agravado nos últimos dias.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Agradeço a V. Ex^a o ilustrativo aparte que, em última análise, viria a constituir objeto até do nosso apelo, do apelo do nosso Partido. Porque, Sr. Presidente e Srs. Senadores, os movimentos estudantis são como todo movimento de massa, passíveis de formação, de contágios amplos. Este caso está se alastrando e nem se diga que é por uma determinação proposital, seja de uma parte, seja de outra. Ao que se assiste é que, entre a Universidade de Brasília e o Reitor, há partes em choque.

Então, tem que haver a interferência de alguém, desguarnecido do sentimento de *parti pris*, a fim de que possamos encontrar uma situação plausível. Esta Casa mesma constituiu uma comissão que delineou seus primeiros passos, no sentido de que se encontrasse um consenso, e a Universidade voltasse a ter funcionamento regular. Porque não interessa ao País, não interessa ao Estado, nem a ninguém que os ônus ou os custos de uma greve destas, se prolonguem, indeterminadamente, com riscos de que possa eclodir em todo o Brasil, agravando, já, problemas maiores que são objeto de nossa preocupação.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Com muito prazer, nobre Líder Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Realmente, V. Ex^a, na boa companhia do eminente Senador Gilvan Rocha, reflete a preocupação de todos nós, inclusive do Governo Federal, e deseja que os generosos impulsos da mocidade brasileira retornem à normalidade do seu leito, para que possam esses jovens prosseguir em busca da colina iluminada do seu ideal, da sua graduação, que é o ensino superior.

Essa é uma preocupação que extrapola as siglas partidárias e corresponde a uma colaboração imposta ao nosso dever de homem público. Aproveito a oportuna intervenção do ilustre representante de Sergipe para sugerir que lideranças estudantis, com a lucidez e o desarmamento de espírito, que esperamos lhes marque os passos, procurem aquela comissão de Senadores dos dois Partidos que, espontaneamente, num momento de rara inspiração e não por designação do Senado, se constituiu, procurando uma solução para esse problema, que realmente tem que ser objeto da nossa atenção. Essas lideranças procurariam a comissão, formulariam as suas reivindicações, que seriam transmitidas a quem tem poder de decisão e, com essa tarefa, com essa iniciativa, reabririam-se as esperanças de uma solução honrosa para a autoridade e para a nobre classe estudantil. Em resumo, para que não fique uma argumentação, assim, sem racionalidade, uma argumentação pulverizada, enfim, para que não se fique na palha das palavras, mas que se agarre o grão dos fatos, deveria ser constituída uma liderança estudantil, que falasse, obviamente, em nome da classe e procurasse esses nossos ilustres colegas para que, dali, então, partíssemos para o estudo de uma fórmula que, volto a dizer, seja conciliatória, em que convivessem os princípios da autoridade com as reivindicações que forem justas, do estudantado brasileiro.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Agradeço a V. Ex^a o aparte que, na realidade, talvez se fulcre dentro do pensamento geral dominante nesta Casa.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Logo em seguida, Senador, com todo o prazer.

Porque, Excelência, não é a primeira vez que há movimentos estudantis dessa natureza. Não é uma agravante, ou não é, como se possa dizer, uma provocação ao Governo. Esses movimentos surgem sempre e surgem em todas as épocas. Eu me lembro, mesmo, que em 1955, quando estudava na Faculdade Nacional do Rio de Janeiro

eclodiu um movimento desses e até com mais violência. Lembro-me, também, que no Governo de Juscelino Kubitschek, houve uma grande greve no Rio de Janeiro: bondes estavam sendo incendiados e, de repente, houve até uma reação violenta do Governo com bombas nas ruas. Mas, o que é que houve em contrário depois? O próprio Presidente Juscelino Kubitschek, na televisão, disse porquê o fez. Depois, procurou ter contacto direto com os estudantes, a fim de que a greve se debelasse. É preciso um entendimento maior, sobretudo agora, quando não havendo UNE nem União Estadual dos Estudantes, não havendo mesmo diretórios, é preciso que existam lideranças formais para esse entendimento. Agora mesmo, Senador Eurico Rezende, me parece que há um impasse que se poderia contornar para que o entendimento se realizasse. Entre os reitores e os estudantes é impossível que o diálogo se faça. Então ele teria que se dar ao nível do Ministério da Educação ou da própria Presidência da República. Por que o Presidente Geisel não ouve a liderança dos estudantes na universidade? Haveria diminuição para S. Ex^a? Dizem que o Presidente não é homem de muito diálogo, mas haveria desonra para o próprio Presidente da República em evocar a si a resolução desse problema, quando a situação nacional está se agravando? Por que S. Ex^a não ouve uma comissão, diretamente neste sentido?

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — O Senhor Presidente da República, absolutamente, é um homem de diálogo. V. Ex^a está equivocado. Mas a questão deve ser posta — já que se constituiu uma Comissão no Senado — e esses assuntos serem tratados através dessa Comissão que nos merece não só confiança, mas na qual depositamos as melhores esperanças de uma solução. O Governo está inteiramente disponível a um entendimento, a uma fórmula perfeitamente conciliatória e que, obviamente, é do maior interesse nacional.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Agradeço a V. Ex^a e com esse seu depoimento de que o ilustre Presidente Geisel é homem do diálogo só estou encontrando confirmação para a procedência da sugestão feita.

Quando dizemos, o Presidente, é porque todas as autoridades já estão se desgastando no diálogo sem resultado.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — O próprio Reitor — por melhores informações e maior respeito que se tenha por Sua Magnificência — partiu de envolta nesse problema. O próprio Ministro da Educação, ao que parece, não está conseguindo manter um bom diálogo ao nível de Reitoria e de Ministério a despeito de S. Ex^a, o Ministro da Educação, ser um homem de diálogo.

Então, resta o Presidente da República e parece que S. Ex^a está atento para a gravidade deste problema tanto é que um jornal de ontem, o *Correio Braziliense*, traz declarações de S. Ex^a consistindo num apelo ao Ministro da Educação para que encontre uma solução rápida para o caso que está se agravando a cada momento, está-se alastrando pelo País e trazendo preocupação a todos os outros setores da nacionalidade.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Nobre Senador Leite Chaves, ouvi com atenção o aparte do nobre Líder da Maioria, Senador Eurico Rezende e, tendo eu feito parte da Comissão de Senadores que tentou a mediação, acho que todos quatro estariam novamente dispostos a fazer uma nova tentativa, desde que houvesse uma indicação das Lideranças da ARENA e do MDB neste sentido. Ocorre que há um obstáculo que me parece mesmo muito importante a um início mesmo desta mediação; é que, segundo estou infor-

mado, muitos daqueles estudantes que nos procuraram da outra vez e que mantiveram conosco os entendimentos, hoje, estão presos. S. Ex^a sugere que as lideranças estudantis procurem a Comissão, mas se um grande número dessas lideranças está impedida de fazê-lo porque está presa já começamos a esbarrar neste obstáculo e para nós difícil de ser transposto. É difícil mesmo, nobre Senador, de entender o contraste deste tratamento que estão tendo os estudantes de Brasília como, por exemplo, o tratamento que estão tendo os estudantes de São Paulo que, pelo noticiário do jornal, sabemos que se reuniram ontem, realizaram uma passeata sem que a polícia interferisse ou tomasse qualquer medida, a não ser que contê-los dos limites pré-fixados. Então, por que essa exacerbação, aqui em Brasília, que se manifestou desde a primeira hora? Isto, honestamente, não conseguimos entender. E se esta Comissão de Senadores puder fazer alguma coisa, estou certo de que ainda fará, pois é preciso que se restabeleçam as condições indispensáveis para a retomada desses entendimentos.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Exatamente, Ex^a

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Senador Itamar Franco um momento, por favor.

E com mais razão agora. Não existe Diretório em regular funcionamento mesmo porque, ao que consta, o Presidente está preso. Como poderia S. Ex^a agir? Ainda que determinasse a soltura dos estudantes que é condição *sine qua non* para que possa haver diálogo, que se nomeasse — isso é uma sugestão — uma comissão de estudantes, onde eles tivessem, primeiro, o direito de se reunir; escolhessem uma Comissão e ela fosse recebida pelo próprio Presidente, porque asseguro, de antemão, que esta Comissão do Senado ou a própria interferência de outras autoridades seriam inviáveis a esta altura, pelo desgaste inicial que se deu. Acho que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, seria a única autoridade, hoje, incontestada a resolver com facilidade esta questão que se agravará com o correr dos dias.

Primeiro, a meu ver, ter-se-ia que permitir que os estudantes se reunissem, porque os estudantes têm direito de reunião. O direito de reunião é assegurado, ainda, no País. Que eles se reunissem para chegar à conclusão de quais são as causas determinantes de seu movimento para, a partir daí, haver a reivindicação, a solicitação a Sua Excelência, para que se contenha o andamento desse movimento.

No passado havia os órgãos representativos, havia a União Nacional dos Estudantes, havia a União Estadual dos Estudantes, havia os Diretórios. Esses órgãos não eram subversivos em si, e se o foram, em determinados instantes, não se comprometiam, pois o envolvimento poderia ser no máximo, de diretorias ocasionais.

Não sei por que não se resolveu restabelecer esses antigos órgãos? Porque não estaríamos vendo, hoje, movimentos dessa natureza e outros que virão, exatamente em decorrência desta impossibilidade de estudantes se manifestarem, se expressarem, fazer suas reivindicações modestas, mas reivindicações respeitáveis, porque um País que não respeita sua geração universitária não preserva ou não vê com muito amor o seu futuro. E não só o que ocorre no instante presente. O que está ocorrendo é uma incompreensão um desentendimento, mesmo porque sobre o próprio Reitor não se têm informações que não sejam respeitáveis; eu o conheço pessoalmente embora de contatos ligeiros. Mas creio que não se pode ter, com relação, ou quanto a Sua Magnificência, restrições maiores, mesmo nesta possibilidade de diálogo. Agora o que não podemos é manter em aberto este movimento, sobretudo, quando ele está instigando outros, ou por contágio, criando intranquilidade nacional.

Aqui mesmo em Brasília, tomei conhecimento pessoal de um caso que me chocou: estava eu num restaurante quando uma senhora veio de São Paulo visitar um filho que estava preso, respondendo a um processo: senhora respeitável, de 60 anos de idade, veio com a

filha; e ela contando em lágrimas, no restaurante onde a conhecemos através de outra família — e que foi obrigada a despir-se, completamente, na frente da filha, para ter condições de falar com o filho que estava preso. Não há razão para isso! Por que isto?

Como disse, esses movimentos que hoje ocorrem eclodiram no passado; é uma constante, é uma coisa normal em todos os grupos.

Há muitos anos, na Paraíba, na década de 1930 houve uma greve de estudantes, greve das mais violentas. Incompreensão entre o Governo de então e os estudantes da época. Eles iam às ruas, em greves, em choques e encontraram um grande orador de 30, já no entardecer da vida. Puseram-no num palanque de improviso, e ele fizera, naquele instante, um discurso dos mais lindos, concluindo desta forma:

“Ultrajar a mocidade é cuspir na face da República. Mocidade, sê na minha vida um pálio sempre aberto e depois uma mortalha de estrelas.”

É, realmente, uma frase eloqüente, é romântica, mas é, sobretudo, o sentimento de cada um em relação às suas gerações universitárias.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — V. Ex^a me concede um aparte, nobre Senador?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Com todo o prazer, Senador.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Nobre Senador Leite Chaves, antes de tudo eu o parabeno por assomar à tribuna e percutir o tema estudantes versus violência, pois a violência que se pratica contra os estudantes da Universidade de Brasília, tem raízes mais profundas, nobre Senador e não será resolvida com a interferência de Parlamentares. As raízes deste desentendimento colocam-se na atitude errônea do Governo, em pretender estabelecer uma dicotomia entre o universitário e a política, em pretender emascular o universitário brasileiro. Não se pode tirar da planta o contato com a terra. Como é que se pretende que o estudante discuta, dialogue, percuta os seus problemas, que são problemas políticos, pois a política é um fenômeno que se imiscui em todos os demais na vida societária. Já dizia o velho mestre: “O homem é um animal político”. E será que o universitário, aos 16, 18, 20, 25 anos, quando está em efervescência, quando está em ebulição o seu psiquismo pode ficar distanciado do fenômeno político? Isto é uma ignorância, um apedutismo, uma burrice crassa. E, daí, a revolta estudantil. O fundamento da insatisfação estudantil está nessa emasculação. Estão pretendendo emascular o estudante brasileiro, retirando-o do debate político, e ele reage desta forma. Ele está exigindo agora, porque já pediu. E não se vai calar o estudante com “panos quentes”. Este fenômeno tem repercussões profundas e há de tê-las, porque o Brasil, hoje, exige uma mudança, e na principal mudança, quem está na vanguarda dela? São os estudantes. E nós deveremos parabenizá-los por essa atitude, e ter a coragem de dizer, não ter medo do fantasma da cassação, nem do fechamento deste Congresso. É estar com eles nessa luta de vanguarda. Nobre Senador, não se vai resolver o problema com “panos quentes”, repito. O Governo tem que ter a magnanimidade, atitude paternal de compreender os estudantes do Brasil e deixar que eles debatam o problema político, que eles o discutam dentro da universidade. Certo, que não se lhe permita sair às ruas para tumultuar o trânsito ou perturbar a ordem pública mas, dentro do seu campus, dentro da sua universidade, obrigar a conviverem com pretorianos, com alcagüete com bandidos, com policiais, com sicários? Não, nobre Senador Leite Chaves, eu não aceito isso! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides. Fazendo soar a campainha.) — A Presidência deseja advertir as galerias. Não será permitido qualquer tipo de manifestação de desaprovação ou aplauso. No exercício eventual da Presidência, farei cumprir a letra expressa do Regimento.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, os estudantes são a parte mais sensível da sociedade; a que primeiro se manifesta, quando pequenos problemas ou tensões se formam e, se essas tensões e esses problemas não são resolvidos, a tendência é o contágio em ondas como está ocorrendo, no País, e que já ocorreu no passado. De forma que, Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, em nada diminuirá a sua autoridade, se diretamente, se entender com os universitários de Brasília, através de Comissão que se forme para essa finalidade, que resulte de uma assembléia, porque, se essa comissão não surgir de uma escolha, ela não terá legitimidade, nem autoridade para tratar com Sua Excelência. Haveria diminuição nisso? Ficaria solapada ou ultrapassada a autoridade do Presidente? Não! Por quê? Porque Sua Excelência tem tratado com outras camadas da população, com empregados e banqueiros. Recentemente, banqueiros, queixando-se da situação do País, tiveram oportunidade de revelar a Sua Excelência os seus problemas e as suas amarguras, em Manaus. Por que não tratar com os estudantes, cujos problemas são, igualmente, importantes para o País? Seria porque o problema de um banqueiro alcançaria importância maior que o problema de um universitário ou de um estudante? Não haveria queda de hierarquia: o Presidente tem esta faculdade de tratar diretamente, de ultrapassar ou avocar a autoridade do Ministro ou do Reitor, porque, em última análise, eles exercem apenas parcelas de sua autoridade. E o próprio Ministro e o próprio Reitor, em situação dessa natureza, só teriam de ser assessores do próprio Presidente.

Gostaria de prestigiar a Comissão ou insistir na Comissão desta Casa, mas não creio que, por melhores negociadores que sejam os Senadores, tenham eles condição de levar o problema a uma solução satisfatória.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Concedo o aparte ao Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Senador Leite Chaves, não sei se perdi a oportunidade do aparte. Mas, de qualquer forma, gostaria de objetivar, dentro das palavras do Líder da Maioria, quando disse que não deveríamos ficar apenas em palavras. S. Exª fez um apelo novamente à Comissão, de que tenho a honra também de fazer parte. O Senador Roberto Saturnino enfocou o problema principal, a dificuldade de esta Comissão se reunir com os líderes, alguns presos, como sabemos. Através de V. Exª, faço, então, um apelo ao nobre Líder da Maioria, para que S. Exª consiga que os universitários possam reunir-se livremente, não no Congresso Nacional, mas no seu *campus*, sem a interferência policial, numa assembléia livre, que determinará quais serão os líderes e as reivindicações que eles trarão à Comissão do Senado, para que esta possa, mais uma vez, efetivamente, tentar a mediação tão necessária nesta hora. Obrigado.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Fica, então, o apelo que o ilustre Senador Itamar Franco faz ao Senador Eurico Rezende, no sentido de que a sua própria idéia, a idéia de S. Exª, encontre exequibilidade.

Que condições teria a comissão do Senado de negociar, sem que houvesse representação legítima dos universitários? E como haveria representação legítima, sem que houvesse essa reunião? E qual é o melhor, o legítimo local para a reunião dos universitários? A sua própria casa, que é a universidade.

Sr. Presidente, poder-se-ia atentar ainda para essa possibilidade da comissão do Senado. Mas, não creio que, por mais bem qualificados que fossem os nossos ilustres Senadores, possam chegar a uma conclusão. Porque essa comissão seria uma intermediária para quem? Essa comissão levaria as sugestões dos estudantes a quem? Então, já houve a oportunidade para o exercício dessa comissão. Hoje, acredito que só nos resta um apelo direto ao Presidente. Só

quem tem autoridade para resolver o caso é o Presidente da República. E Sua Excelência não se desgastará. Pelo contrário, crescerá aos olhos do País, quando se tiver conhecimento que, em decorrência da sua interferência, que até certo ponto deve ser paternal, se terá resolvido um problema que está constituindo objeto de preocupações gerais.

De forma que, Senador Itamar Franco, se poderá aceitar ainda essa comissão do Senado, mas ela não tem forma nem fundo de direito. Nós somos um poder, somos parte do Parlamento. Aqui, seríamos intermediário de quem, se não temos condições de atender a reivindicações? Não nos iríamos diminuir aos olhos dos próprios estudantes, se eles trouxessem reivindicações legítimas, que aceitássemos em princípio, mas não fossem aceitas por quem tem o poder de aceitar?

O Sr. Itamar Franco (ARENA — MG) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Com todo o prazer.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Entenda, por favor, meu pensamento. Houve um período em que essa Comissão foi procurada pelos estudantes, tentou a mediação e lamentavelmente não o conseguiu. O que eu proponho agora, evidentemente não dependeria de nós, Senadores. Foi um enfoque inicialmente dado pelo Senador Roberto Saturnino, que eu reforço. Nós iríamos conversar com quem? Primeiro, os líderes estão detidos; segundo, os estudantes não conseguem reunir-se livremente no seu *campus* universitário, porque há forças policiais lá. Por isso propus a V. Exª que encaminhasse um apelo ao nobre Líder da Maioria já que ele, Senador Eurico Rezende, pensa que essa Comissão possa agir novamente. Como? Os estudantes precisam se reunir. Onde? No seu *campus*. Sem a interferência policial, livre. Note bem meu pensamento, Exª: se essa assembléia-geral entender que seus líderes devam trazer ao Senado, através dessa Comissão, suas reivindicações, sim, nós aqui as receberemos e as levaremos a quem de direito e, se for o caso, até Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — E seriam presos novamente.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — O Senador Gilvan Rocha diz que eles seriam presos novamente, mas prefiro não contraditar a observação de S. Exª. Faço mais uma vez o apelo no sentido de tentar uma solução harmônica para o problema que não pode, como diz V. Exª, continuar como está. Não podemos estar assistindo tranquilamente ao que está ocorrendo com os universitários de nossa Pátria. Contrariando também o nosso Senador pelo Amazonas, acho que a interferência parlamentar existe e deve existir. Citei meu caso pessoal, da minha Escola de Engenharia, quando houve uma interferência parlamentar do nobre Líder hoje do Governo na Câmara dos Deputados, que conseguiu do Ministro da época não fossem os alunos expulsos, que o meu Diretório não fosse bloqueado nem dissolvido, como aconteceu quando era seu Presidente. Acho que interferência parlamentar é necessária, indispensável, mas antes que ela se faça é preciso que os estudantes se reúnam livremente, escolham seus líderes e tragam suas reivindicações. Se eles entenderem que essas reivindicações não devam ser trazidas ao Congresso Nacional, evidentemente nada teremos que fazer. Na minha época no meu caso, eu as trouxe ao Congresso Nacional.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Agradeço a V. Exª o aparte e o esforço que V. Exª, ao que sei, tem despendido, como outros Senadores dessa Casa, no sentido dessa solução.

Creio que a interferência maior do Congresso Nacional, sobretudo a do Senado, seria a de receber, como o estamos fazendo, democraticamente, os estudantes do Brasil, e aconselhar a sugerir às autoridades que marchem para uma solução, mas através de caminhos que não agravem os problemas e sim os amenizem ou os solucionem, porque verei diminuído o Senado se, não tendo autoridade

nenhuma, fique sendo Comissão entre partes que não se querem entender ou não tenham representantes para acatar essa intermediação.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — O Senado não será diminuído, Excelência, ao contrário, estará cumprindo uma das suas obrigações.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Aceitaria Sua Excelência o Senhor Presidente da República a intermediação da Comissão do Senado?

Sobre isso poderia pronunciar-se o ilustre Líder do Governo?

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Nós somos um Poder independente, Excelência.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Aí sim, seria uma intermediação condigna e compatível com o desempenho que mesmo ao nível de Comissão esta Casa podia realizar. Não uma Comissão de si própria, sem saber com quem negociar, podendo mesmo sofrer humilhações, como eu soube aqui, de alguns elementos desta Casa: quando a Comissão foi ao Ministro da Educação para tratar desse assunto, o Ministro, para tudo, tinha de ouvir os elementos da Segurança.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Excelência, a Comissão não sofreu nenhuma humilhação. Pode ter certeza de que ela trabalhou com alvêz. Nenhum de nós sofreu humilhação, por parte de quem quer que seja. Primeiro, nós não o permitiríamos como cidadãos comuns, e segundo representando um Poder Legislativo, como representamos, e entendemos que é independente do Executivo.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Agradeço o esclarecimento, mas o que obtivemos antes foi informação diversa, não sei se no instante em que esta Comissão atuou não estava V. Ex^a presente. Quer dizer, não é uma humilhação direta, mas uma marginalização.

O próprio Ministro para tratar com uma Comissão do Senado, invariavelmente, antes tinha de ouvir elementos da Segurança. Então qual a autoridade desta Comissão por maior boa vontade que ela tivesse? Mesmo que ela se desmunisse ou desvestisse de prerrogativas que a lei dá, e que o regulamento exige que cada um cumpra. Mesmo que alguns desistissem dessas prerrogativas para trato de assunto dessa natureza.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Com todo o prazer, Senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende (ARENA — ES) — O pessimismo de V. Ex^a, aliás corroborado mais estentoricamente pelo aparte amazônico do nosso eminente colega, não resiste a menor crítica, porque V. Ex^as entendem que de nada adiantará, em termos de eficácia, o reatamento do trabalho de persuasão da Comissão que se constituiu no Senado. Os fatos brigam violentamente com o argumento de V. Ex^a, porque se esses estudantes que honram com sua visita, se eles engalanam, se eles ornamentam nossas galerias, se eles aqui vieram foi, precisamente, para solicitar a colaboração dos parlamentares — senão não viriam aqui — e se eles desejam a colaboração dos parlamentares, então ela há de se fazer justamente através da Comissão de Senadores, de modo que, sobre ser um pessimismo, me parece um desserviço, ou um desencanto que V. Ex^a oferece, e o aparte do nosso nobre e brilhante colega pelo Amazonas encerra também outra contradição, quando reclama uma participação maior e efetiva da mocidade nos destinos do País. Não digo V. Ex^a — que é gratificado pelo fato de ser muito mais jovem do que eu — mas a minha geração alcançou dois “brasis”. Quando iniciei minha vida pública, contava nos dedos das mãos os homens públicos que mandavam neste País. Todos eles eram homens de mais de cinquenta anos, já avançando no

tempo e na idade. E a nossa geração, com o passar do tempo, verifica hoje que os Três Poderes da República se renovaram em matéria de recursos humanos. Conheço Ministros jovens, com menos de quarenta anos de idade. O Senado foi inteiramente renovado, a Câmara dos Deputados conta com a presença da nova geração em termos majoritários. O Poder Judiciário também. Então, é uma injustiça que o aparte do nosso eminente colega reflète, dizendo que se criam obstáculos à participação da nossa mocidade. E, no mais, volto a dizer: se os estudantes nos honram com sua presença, se estão procurando os parlamentares, dizer-se que é ineficaz, é “pregar no deserto” a participação parlamentar em busca de uma solução, não corresponde, *data venia*, à realidade dos fatos. Os estudantes estão aqui confiantes também nos Senadores e buscam um desate conciliatório da situação, que, lamentavelmente, se criou.

Felicitos o Senado pelo debate que hoje aqui se travou. De modo geral, houve, na intervenção do nosso eminente e brilhante Colega Senador Evandro Carreira, uma distorção, um excesso sentimental, que, aliás, é uma característica de S. Ex^a. Isso me faz lembrar o conceito lapidário que vence o galopar dos séculos, segundo o qual não há apoteose sem sombras. De um modo geral — volto a afirmar — o debate que hoje se está travando em torno do problema estudantil no Senado engrandece o espírito e a responsabilidade dos nossos homens públicos.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Nobre Senador, muito obrigado pela interferência do aparte e pelo reconhecimento de que o debate está sendo posto em níveis que honram esta Casa e podem viabilizar uma solução para este problema. No entanto, gostaria que V. Ex^a não fizesse ao ilustre Sr. Senador Evandro Carreira, nem a este modesto Senador, a injustiça do vocativo de pessimista na colocação do problema. Ora, estamos agindo em nome do nosso Partido e em nosso nome próprio. E quem sugere e apela não é pessimista. O apelo, pelo contrário, é sempre feito para quem ainda está munido de uma reserva de crença na solução do problema. Não acreditamos é que a solução possa vir através da intermediação de uma Comissão que não tem forma nem figura de Direito, que não tem com quem se entender aqui nem a quem levar mensagem.

Pela experiência na minha vida universitária, vivendo problemas mais graves e mais inquietantes do que este, asseguro que Sua Excelência não se diminuirá em receber os estudantes. Se ele próprio tratar de encaminhar o problema, porque interferência já houve ao longo desses meses e sem resultado, estará dando passos reais e definitivos no sentido de sua solução.

O Sr. Alexandre Costa (ARENA — MA) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — No passado os Presidentes tratavam diretamente com os estudantes. É bem verdade que a UNE e as UEEs facilitavam o entendimento. Hoje, quando apenas existem diretórios, o entendimento tem que ser feito com o diretório. Se o presidente e os membros do diretório estão sendo presos, que o Senhor Presidente lhes dê liberdade. Se não pode tratar diretamente com eles, em razão de ofensa à Universidade, que se permita que os estudantes se reúnam com a mesma tranquilidade e seriedade com que estão nesta Casa, para levarem as suas reivindicações ao Senhor Presidente.

Ontem mesmo foi veiculado nesta Casa — e eu o vi — um manifesto dos estudantes.

Alguém pode fazer restrições a algum conceito, mas, nos seus termos gerais, nas suas aspirações, é manifesto que não destoa de um comportamento sério e de responsabilidade.

Não creio que Sua Excelência seja diminuído em nada se tratar diretamente, mesmo quando os seus intermediários já estão comprometidos com o movimento.

O Magnífico Reitor, a quem conheço de pouco, mas por quem tenho grande respeito, possui colocação diferente para o problema. Logo que iniciadas as aulas, houve comparecimento parco, reduzido,

e S. Ex^a achou normal e deu essas declarações, que me constrangeram — as aulas estão normais, porque 30% não compareceu por medo de serem presos: 10!, porque estavam presos; e outros não sei por que mais.

De forma que há um enfoque diferente de S. Ex^a

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Não teria nada a acrescentar ao discurso de V. Ex^a senão um registro, que me parece da maior justiça. Ouvimos o Líder da Maioria dizer que o debate hoje travado nesta Casa foi elevado. É evidente que não podemos aceitar essa declaração. Hoje, e ontem, o debate foi elevado. Os propósitos que nos trouxeram aqui, e que continuarão a nos trazer, para tratar de situações difíceis do nosso País, são registros imbuídos do maior patriotismo. Não estamos aqui para destruir nem para criar estado de caos, pois que não é desejo nosso. A Oposição brasileira, por seus membros, sempre tem dado motivos de orgulho. Não somos derrotistas nem estamos aqui fazendo o jogo dos que querem ver este País entrar numa fogueira. Por isso, em nome da Liderança do meu Partido, devo dizer que o debate de hoje alcança a mesma altitude que sempre tiveram os assuntos nacionais discutidos nesta Casa.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Nobre Senador Gilvan Rocha, agradeço o aparte de V. Ex^a, com o qual estou solidário, lamentando apenas não possa dar direto testemunho, mas o dou indireto, porque não estive presente aos debates de ontem.

Mas, o Senador Eurico Rezende, já que conhece que os debates de hoje estão bem postos...

O Sr. Alexandre Costa (ARENA — MA) — Nobre Senador Leite Chaves, V. Ex^a vai-me conceder o aparte que solicitei?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Perdoe-me, Senador. Não havia ouvido o seu pedido. Encerraria qualquer frase, qualquer pensamento, por mais rico que fosse, para atender a V. Ex^a, dada a amizade, o grande apreço e a profunda admiração que tenho por V. Ex^a ilustre Senador do Maranhão.

O Sr. Alexandre Costa (ARENA — MA) — Nobre Senador Leite Chaves, pelo que V. Ex^a disse até agora, congratulo-me pela grandeza do discurso que pronuncia nesta Casa, quando, abandonando os apartes radicais que não levam a nada, sem mistura política, V. Ex^a segue a trilha certa dos argumentos, das idéias, para que se possa, em Brasília, chegar ao fim da guerra entre estudantes e o Poder. Não tenho dúvidas — absolutamente — não tenho dúvidas, repito, de que alguma coisa está errada nisso, mesmo porque ocupando o Ministério da Educação e Cultura um político hábil, um homem capaz e muito bem sucedido, e de elevado espírito público como é o Ministro Ney Braga, já neste momento, nestes dias, era para se ter chegado ao fim deste impasse. Tenho absoluta certeza de que S. Ex^a haverá de encontrar, em breve, a solução ideal que concilie os interesses estudantis com os da Nação brasileira. Mas já que V. Ex^a se propõe a fazer hoje um discurso — e um grande discurso — sobre o assunto, que não é só do interesse de V. Ex^a mas do interesse de todos nós, porque estudantes do Brasil não vieram de Marte nem de Júpiter, são daqui mesmo, da Terra, nossos filhos, nossos irmãos, nossos primos, nossos parentes, portanto pessoas por quem todos nós temos obrigação de nos interessar. São filhos de Ministros, de diretores de repartições, de autoridades, de todos nós. E eu dizia que se V. Ex^a se propõe a realizar este grande discurso, pediria que continuando esta mesma trilha da prudência e dos argumentos, que é o que nos vai levar a concretizar este ideal que é o de todos nós, eu perguntaria a V. Ex^a, e pediria que V. Ex^a trouxesse ao conhecimento da Casa, afinal de contas, nos dias de hoje, quais são as reivindicações estudantis para pôr fim à greve que se arrasta?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Senador Alexandre Costa, muito obrigado.

V. Ex^a colocou muito bem a questão: quais são os problemas, quais são as reivindicações? Quem melhor do que uma assembléia regular para dizê-los.

Asseguro a V. Ex^a que não é por mero romantismo, sobretudo quando eles arroastam as maiores dificuldades. Veja V. Ex^a que os mais diversos caminhos são encontrados para a realização de aspirações.

Colocaram nas Universidades o Decreto-lei nº 477, e outro decreto, anterior, de maior violência. Mesmo assim, depois do cansaço, eles ainda procuraram encontrar um meio para que aquelas aspirações sejam realizadas. Não sabemos quais são. O manifesto de ontem as delinea, mas não deve ser aquele manifesto o resultado de um pensamento refletido. Queria dizer a V. Ex^a que não cabe bem a pecha de radicalismo ao aparte do Senador Evandro Carreira. S. Ex^a não teve o seu pensamento entendido por V. Ex^a. O que ele disse é que não se consegue solução para os estudantes numa universidade cercada de policiais. E quem é que nega essa cerca humana de policiais? As universidades estão de fato cercadas. De forma que S. Ex^a colocou bem. E é por esse motivo que, a meu ver, o entendimento tem que ser direto com o Sr. Presidente da República.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Com todo prazer.

O Sr. Alexandre Costa (ARENA — MA) — Mas, vejo que V. Ex^a utilizou a palavra para defender o interesse estudantil sem saber quais são as reivindicações estudantis.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Fazendo soar a campainha... — Volto a palavra ao nobre Senador Leite Chaves.

O Sr. Alexandre Costa (ARENA — MA) — Permita-me V. Ex^a, nobre Senador Leite Chaves: Perguntei justamente desejando saber quais essas reivindicações, para que possamos nós, Senadores, parlamentares, agir para pôr fim a greve estudantil em Brasília. Sem isso ninguém poderá trabalhar. Sem isso o discurso de V. Ex^a não atingirá o objetivo.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Mas, nobre Senador, deploro que V. Ex^a tenha tanto enaltecido o nosso discurso e não tenha atentado para a sua finalidade. Nós não somos portadores de uma mensagem e nem intermediários de reivindicações, porque as desconhecemos. Nós somos portadores de um apelo, de um apelo do nosso Partido e do País, no sentido de que as autoridades resolvam o problema porque ele já está se alastrando de forma perigosa, como de resto o próprio Ministro da Educação, ontem, reconheceu, numa frase transcrita no *Correio Braziliense*.

O Sr. Alexandre Costa (ARENA — MA) — Senador, mas eu não estou contra V. Ex^a

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Como quer V. Ex^a que eu diga o que pensa os estudantes. Eles que, nem sequer, têm oportunidade de uma reunião, com segurança. A verdade é que o problema existe e nós desejamos, apenas, que se encontre uma solução para isto.

Senador Evandro Carreira, concedo o aparte a V. Ex^a. O Senador do Maranhão é que, num prolongamento do aparte anterior, continuou seu pensamento, em detrimento de V. Ex^a, a quem o aparte é concedido, com muita honra.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Nobre Senador Leite Chaves, a pecha de radical me honra. A pecha de radical é para mim um crachá, uma condecoração. A história desta Pátria não se vai escrever em três, um ou dois anos; a história desta Pátria vai escrever-se daqui a cinco ou dez anos, quando eu estarei aqui de volta a esta Casa, assim como a coragem do radicalismo, a coragem daqueles que

não tomam posições ecléticas em cima do muro. São aqueles que têm a coragem de falar com franqueza e com sinceridade. As reivindicações estudantis são notórias; só os que não lêem jornais, são os completamente abstraídos, não têm conhecimento da realidade nacional das reivindicações estudantis. Eles reivindicam, em primeira mão, o nobre Senador, o direito de participar da vida política, de decidir o preço do papel, do livro, do lápis, o direito de decidir o preço da taxa escolar. Outra reivindicação estudantil é o aparelhamento das universidades, que estão desaparelhadas, os professores mal pagos e às vezes até sem condições, porque são nomeados; os exames para as cátedras não se realizaram mais, e, às vezes, o apadrinhamento e o nepotismo colocam nas universidades professores que vão ensinar besteira e são mais ignorantes que os próprios estudantes, porque os exames para as cátedras foram abolidos. As reivindicações estudantis são conhecidas de todos porque estão, notoriamente, inseridas em todos os jornais. Eles desejam participar, eles querem viver a vida nacional e não pode haver um hiato entre a infância e a maturidade na eferescência da adolescência e da mocidade; eles ficaram alijados da vida nacional. É isso que eles querem, é participar dentro da universidade, intramuros e não extramuros; é intramuros, é dentro do seu *campus*, é dentro da sua ambiência, é dentro do seu campo de cultura. Por que não lhes permitir isto? Por que não me permitir que eu, dentro da minha casa, leia o livro que eu quero? Daqui a pouco nós não poderemos sequer ler o livro que desejamos, dentro do nosso escritório, do nosso gabinete, porque lá estará o policial, lá estará o pretoriano, o tigelinus policiando através de um aparelho de televisão, um aparelho de escuta. Nobre Senador, todo mundo nesta Pátria sabe quais são as reivindicações estudantis; é conhecimento chulo e comezinho.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência adverte ao nobre orador que seu tempo está a escoar-se; faltam apenas 3 minutos.

O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR) — Estou concluindo, Sr. Presidente.

É um apelo em nome do meu Partido e em nome do País: que se encontre uma solução para o problema, sem prejuízo para a possibilidade de a Comissão do Senado chegar a informar ou encaminhar uma solução.

Creio eu, pela experiência que tenho, pelo avançado do problema e pela calosidade que ele já está apresentando, que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, não se diminuirá em tratar diretamente com os estudantes, da mesma forma como tem feito ao ouvir reivindicações de empresários e de banqueiros, e em termos nacionais, não se diga que esses problemas de banqueiros, de empresários ou mesmo de trabalhadores se avantajam aos dos estudantes pela importância que têm e pela carga de futuridade que todos encerram. Que Sua Excelência, o Senhor Presidente Geisel, que é homem de diálogo, como diz o Senador Eurico Rezende, tome esta iniciativa, que conheça de perto os estudantes, e já nesta sua fase madura da vida, logo depois, ao terminar esse grande encargo da Presidência, possa dizer como disse o orador da minha terra de origem, Genésio Gamba: "Mocidade, sê na minha vida um pálio sempre aberto e depois uma mortalha de estrelas." (Muito bem! Palmas.)

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

O Presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Designar o servidor Marcos Nogueira Magalhães, Assistente Legislativo, Classe "B", do Senado Federal, à disposição do Instituto de Previdência dos Congressistas, para exercer a função de Auxiliar de Setor, a partir de 1º de agosto de 1977.

Brasília, 2 de agosto de 1977. — Senador **Henrique de La Rocque Almeida**, Presidente.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

ATA DA DÉCIMA-SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA,
REALIZADA EM 24-6-77.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de junho de mil novecentos e setenta e sete, com a presença dos Senhores Senador Cattete Pinheiro, Deputados José Bonifácio Neto, Passos Porto, Laerte Vieira, Raul Bernardo, e do Senhor Vice-Presidente Deputado José Carlos Teixeira, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas, a fim de tratar assuntos diversos. — Lida e aprovada a ata da reunião anterior, o Senhor Presidente comunica que foi feito o estudo atuarial sobre projeto a ser apresentado por este Instituto, que modifica a legislação atual, na parte referente às contribuições e pensões a serem concedidas aos senhores parlamentares, o qual conclui pela sua viabilidade. Assim sendo, após os senhores Conselheiros terem tomado conhecimento do relatório, fica decidida a apresentação do projeto no Senado Federal. — A seguir, o Senhor Deputado Laerte Vieira relata proposta de incorporação de imóvel feita pela firma Imobrás, no sentido de ser solicitado à firma proponente seja a mesma mais detalhada em alguns pontos. Além dos quesitos levantados pelo Senhor Relator, o Conselho Deliberativo resolveu que fossem solicitados, também, atestados de idoneidade financeira e técnica da proponente, bem como a composição de sua Diretoria. — Posto em votação, é aprovada pela maioria, com uma abstenção e um voto contrário. — Prosseguindo, o Senhor Conselheiro Deputado Laerte Vieira relata processo do pensionista Ruy de Almeida Barbosa, que solicita sua reinclusão na folha de pensões, vez que atende ao disposto no artigo oitavo da Lei nº 6.311/75. — O parecer, que conclui seja o pedido posto em diligência, é aprovado por unanimidade. Continuando, o Conselho Deliberativo aprecia e aprova o balancete referente ao período de primeiro a trinta e um de maio do corrente. A seguir, são relatados, com pareceres favoráveis, e aprovados por unanimidade, os processos de concessão de pensão a: Maria Helena Bueno Brandão, Marco José Muniz, Newton Lage e Mourilo Edson Souza. Nada mais havendo a tratar, às doze horas é encerrada a reunião. E, para constar, eu, Zélia da Silva Oliveira, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Senador **Henrique de La Rocque Almeida**, Presidente.

ATA DA COMISSÃO

COMISSÃO DE AGRICULTURA

12ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA EM 3 DE AGOSTO DE 1977.

Às dez horas do dia três de agosto de mil novecentos e setenta e sete, sob a Presidência do Sr. Senador Agenor Maria, Presidente, presentes os Srs. Senadores Roberto Saturnino, Saldanha Derzi, Otair Becker, Evelásio Vieira e Itálvio Coelho, reúne-se a Comissão de Agricultura, na Sala Rui Barbosa.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Benedito Ferreira e Vasconcelos Torres.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que, em seguida, é dada como aprovada.

O Sr. Presidente, constatando a existência de *quorum* regimental, declara aberta a reunião e comunica aos Srs. membros que a presente reunião tem como finalidade debater o problema da cebola. Informa que estão jogando no Rio São Francisco ou queimando toneladas de cebolas em prejuízos totais, sendo que toda a imprensa

nacional vem estranhando o procedimento desses agricultores, e como é de suma gravidade o problema convocou a reunião.

Com a palavra, o Sr. Senador Evelásio Vieira salienta que além da cebola em Pernambuco, outros produtos da agricultura brasileira estão com sérios problemas. Esteve no sul de Santa Catarina e encontrou produtores de mandioca decepcionados com o preço da safra atual de Cr\$ 250,00 a tonelada, quando no ano passado foi vendida até Cr\$ 700,00 a tonelada. O problema do arroz, três anos atrás foi vendido a Cr\$ 110,00 — Cr\$ 120,00, e agora a saca está sendo vendida a Cr\$ 80,00 — Cr\$ 85,00. Portanto — ressalta o Senador catariense — para outros artigos deveria se fazer um diagnóstico, levantamentos e ver o que a Comissão poderia oferecer na defesa da agricultura brasileira. Convidaríamos o pequeno produtor, líderes sindicais e outras pessoas que pudessem oferecer dados à Comissão.

Sobre o problema da soja, o Sr. Senador Saldanha Derzi esclarece que se deve ensinar ao agricultor a aproveitar o preço médio e não esperar o máximo, pois na entressafra, quando a soja estava com bom preço, o Governo resolveu suspender a exportação por 10 dias para forçar uma alta maior, mas os preços caíram. Em princípio, está de acordo que tragam pessoas para virem a Comissão, mas não muitas e somente, autoridades que entendam da problemática da agricultura.

Acerca da vinda à Comissão de agricultores prejudicados pela sistemática atual, o Sr. Senador Otair Becker assinala que participou de um encontro de dez sindicatos rurais, onde foram abordados uma série de problemas agrícolas, e endossa a sugestão apresentada achando que para Santa Catarina seria interessante convidar alguém que pudesse falar sobre a mandioca, arroz e milho. Sugere que a Comissão convide o Secretário de Agricultura do Estado de Santa Catarina, os Presidentes das Federações de Agricultura e dos Trabalhadores da Agricultura, acompanhados de líderes dessas culturas. A Comissão aprova a sugestão.

O Sr. Presidente propõe e a Comissão também aprova, que além do Secretário de Agricultura de Santa Catarina e líderes sindicais sejam convidados o Secretário de Agricultura de Pernambuco e um representante da cooperativa dos plantadores de cebola do São Francisco; e que se renove o convite ao Sr. José Francisco da Silva, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, para fazer, na próxima reunião da Comissão, uma palestra sobre o Estatuto da Terra.

O Sr. Senador Agenor Maria, Presidente, informa que leu a entrevista do Sr. Senador Cattete Pinheiro concedida ao matutino **Jornal do Brasil**, alarmado com a situação atual da agricultura no Brasil, e frisa que a Comissão tem por obrigação tratar de perto dos problemas da nossa agricultura e prestar contribuição para sanar em parte o que é um dos mais complexos do País.

O Sr. Senador Itálvio Coelho salienta suas preocupações sobre a pecuária, afirmando que no momento é o setor mais atingido com a política inflacionária de contenção de preços, havendo o desestímulo dos pecuaristas, rebanhos abandonados e necessidade urgente de uma solução das autoridades financeiras para compatibilizarem o indispensável esforço com os preços reais, para que permitam atividades nesse setor. O Brasil não deve continuar importando carne para simples industrialização, mesmo que alcance no mercado internacional preços suficientes, ou necessários para cobrir esse setor de atividade, porque então não se exportar a carne do rebanho brasileiro, um dos maiores do mundo. A política de preço no mercado interno está desorganizando o rebanho brasileiro em que pese os excelentes pro-

gramas de financiamento até há pouco tempo em vigor, sobretudo o da transformação das pastagens de cerrado pela graminha, programa este que vinha tendo elevado êxito e que foi temporariamente suspenso, com a exceção do POLOCENTRO.

“O preço do produto bovino em situação de inferioridade quase com 50% abaixo do preço real está levando os rebanhos ao abandono em quase todo o País e em especial Mato Grosso.” Concluindo sua breve exposição sobre a pecuária, o Sr. Senador Itálvio Coelho esclarece que o combate à inflação não deve atingir especificamente a agricultura, porque o endividamento brasileiro não está nesse setor, e sim no petróleo e no esforço de industrialização do País. Diz que este esforço é válido, pois esta geração está se sacrificando para transformar o Brasil e elevar a sua industrialização, mas é preciso comear-se e equilibrar-se a produção agrícola com a industrial.

Com a palavra, o Sr. Senador Saldanha Derzi assinala que não está havendo deficiência no preço do leite, o que existe é um desestímulo e isso tem sido cíclico no Brasil. Quando diminui o preço, o criador abate e o consumidor sofre então as consequências, é o que está acontecendo no momento. Acredita que a partir do próximo ano não necessitemos de importar mais leite porque o Governo já está tomando as devidas providências. Quanto a produção, o Senador arenista salienta que não está havendo dificuldade, embora tenhamos importado carne do Uruguai e agora já liberado para outros países porque o preço já é mais compensador no sistema *draw-back*. O Brasil importa, industrializa e reexporta, porque a nossa carne custa no mercado internacional mais 1.200 dólares a tonelada. Alerta, entretanto, as autoridades governamentais para permitir a importação somente aos que abatem aqui no Brasil, porque a Swfit e a antiga Wilson não estão abatendo mais gado, só comercializando a carne para exportarem-na em enlatados. A carne concentrada rende mais. Sugere o Senador pelo Mato Grosso que o Governo deveria conceder a cota de importação proporcionalmente aos que abatem internamente, firmas que comprem carne no mercado interno, e as que importam para industrialização, assim se faria justiça.

Novamente com a palavra, o Sr. Senador Itálvio Coelho solicita a Comissão que deixe para a próxima reunião a deliberação sobre a convocação das autoridades que virão prestar esclarecimentos sobre o problema da pecuária, para que possa elaborar com antecedência uma pauta de trabalhos. Ressalta, ainda, que está de acordo com o Sr. Senador Saldanha Derzi, mas é contra a importação da carne, mesmo para a sua industrialização, porque assim está prejudicando a pecuária nacional.

“Estamos num regime excepcionalmente ruim para o rebanho brasileiro e é preciso não importarmos para que possamos dar recuperação a economia pecuária brasileira. Sou favorável ao intercâmbio comercial e internacional, mas nesse momento acho prejudicial à economia pecuária brasileira a importação de carne de outros países” — finalizou o Sr. Senador Itálvio Coelho.

Concluindo, o Sr. Presidente se solidariza com o Sr. Senador Itálvio Coelho no problema da importação da carne que vem prejudicando o produtor nacional.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Claudio Carlos Rodrigues Costa, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente. — Agenor Maria.

MESA

Presidente:
Petrônio Portella (ARENA — PI)

1º-Vice-Presidente:
José Lindoso (ARENA — AM)

2º-Vice-Presidente:
Amaral Peixoto (MDB — RJ)

1º-Secretário:
Mendes Canale (ARENA — MT)

2º-Secretário:
Mauro Benevides (MDB — CE)

3º-Secretário:
Henrique de La Rocque (ARENA — MA)

4º-Secretário:
Renato Franco (ARENA — PA)

Suplentes de Secretário:

Altevir Leal (ARENA — AC)

Ruy Carneiro (MDB — PB)

Otair Becker (ARENA — SC)

Braga Junior (ARENA — AM)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

Líder
Eurico Rezende
Vice-Líderes
Heitor Dias
Helvidio Nunes
José Sarney
Mattos Leão
Osires Teixeira
Otto Lehmann
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

Líder
Franco Montoro
Vice-Líderes
Roberto Saturnino
Itamar Franco
Gilvan Rocha
Lázaro Barboza
Danton Jobim

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho

Local: Anexo II — Térreo

Telefones: 23-6244 e 25-8505 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Local: Anexo II — Térreo

Telefone: 25-8505 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Agenor Maria
Vice-Presidente: Otair Becker

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Otair Becker	1. Dinarte Mariz
2. Benedito Ferreira	2. Saldanha Derzi
3. Itálio Coelho	3. Mattos Leão
4. Murilo Paraíso	
5. Vasconcelos Torres	
	MDB
1. Agenor Maria	1. Adalberto Sena
2. Roberto Saturnino	2. Evelásio Vieira

Assistente: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramais 301 e 313

Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz
Vice-Presidente: Evandro Carneira

Titulares	ARENA	Suplentes
1. Heitor Dias		1. Saldanha Derzi
2. Jarbas Passarinho		2. José Sarney
3. Dinarte Mariz		3. Otair Becker
4. Teotônio Vilela		
5. Braga Junior		
	MDB	
1. Agenor Maria		1. Evelásio Vieira
2. Evandro Carneira		2. Gilvan Rocha

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
1º-Vice-Presidente: Accioly Filho
2º-Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares	ARENA	Suplentes
1. Accioly Filho		1. Mattos Leão
2. Gustavo Capanema		2. Lenair Vargas
3. Daniel Krieger		3. Arnão de Mello
4. Eurico Rezende		4. Vasconcelos Torres
5. Heitor Dias		5. Milton Cabral
6. Helvidio Nunes		6. Benedito Ferreira
7. Wilson Gonçalves		
8. Itálio Coelho		
9. Otto Lehmann		
10. Osires Teixeira		
	MDB	
1. Dirceu Cardoso		1. Franco Montoro
2. Leite Chaves		2. Lázaro Barboza
3. Nelson Carneiro		3. Ruy Carneiro
4. Paulo Brassard		
5. Orestes Quêrcia		

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Ruy Carneiro

Titulares

1. Heitor Dias
2. Murilo Paraíso
3. Cattete Pinheiro
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Wilson Gonçalves
7. Virgílio Távora
8. Alexandre Costa

ARENA

Suplentes

1. Augusto Franca
2. José Sarney
3. Braga Junior
4. Altevir Leal
5. Luiz Cavalcante

MDB

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barboza
3. Ruy Carneiro

1. Evandro Carneira
2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Marcos Freire

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares

1. Milton Cobral
2. Arnan de Mello
3. José Guimard
4. Luiz Cavalcante
5. Murilo Paraíso
6. Vasconcelos Torres
7. Dinarte Mariz
8. Otair Becker

ARENA

Suplentes

1. Cattete Pinheiro
2. Augusto Franca
3. José Sarney
4. Domicio Gondim
5. Jarbas Passarinho

MDB

1. Franco Montoro
2. Marcos Freire
3. Roberto Saturnino

1. Agenor Maria
2. Orestes Quéricia

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Evelásio Vieira

Titulares

1. Torso Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Otto Lehmann
5. Jarbas Passarinho
6. Cattete Pinheiro

Suplentes

ARENA

1. Helvidio Nunes
2. Ruy Santos
3. Arnan de Mello
4. Heitor Dias

MDB

1. Evelásio Vieira
2. Paulo Brossard
3. Adalberto Sena

1. Franco Montoro
2. Itamar Franco

Assistente: Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Brossard

Vice-Presidente: Domicio Gondim

Titulares

1. Teotônio Vilela
2. Alexandre Costa
3. Wilson Gonçalves
4. Domicio Gondim
5. Helvidio Nunes
6. Lenair Vargas
7. Mattos Leão
8. Ruy Santos
9. Braga Junior
10. Torso Dutra
11. Virgílio Távora
12. Magalhães Pinto

Suplentes

ARENA

1. Cattete Pinheiro
2. Heitor Dias
3. Lourival Baptista
4. Daniel Krieger
5. José Guimard
6. José Sarney
7. Saldanha Derzi

MDB

1. Paulo Brossard
2. Evelásio Vieira
3. Gilvan Rocha
4. Roberto Saturnino
5. Ruy Carneiro

1. Danton Jobim
2. Dirceu Cardoso
3. Evandro Carneira

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jesse Freire

Vice-Presidente: Orestes Quêrcia

Titulares		Suplentes
	ARENA	
1. Jesse Freire		1. Braga Junior
2. Ruy Santos		2. Virgílio Távora
3. Lenoir Vargas		3. Osires Teixeira
4. Jarbas Passarinho		4. Domicio Gondim
5. Lourival Baptista		
6. Accioly Filho		
	MDB	
1. Franco Montoro		1. Lázaro Barboza
2. Orestes Quêrcia		2. Ruy Carneiro
3. Nelson Carneiro		

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jarbas Passarinho

Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares		Suplentes
	ARENA	
1. Milton Cabral		1. José Guimard
2. Domicio Gondim		2. Munilo Paraíso
3. Arnon de Mello		3. Virgílio Távora
4. Luiz Cavalcante		
5. Jarbas Passarinho		
	MDB	
1. Dirceu Cardoso		1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco		2. Franco Montoro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Adalberto Sena

Vice-Presidente: Halvidio Nunes

Titulares		Suplentes
	ARENA	
1. Halvidio Nunes		1. Virgílio Távora
2. Otto Lehmann		2. Arnon de Mello
3. Saldanha Derzi		3. Jarbas Passarinho
	MDB	
1. Danton Jobim		1. Dirceu Cardoso
2. Adalberto Sena		

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134

Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi

2º-Vice-Presidente: Nelson Carneiro

Titulares		Suplentes
	ARENA	
1. Magalhães Pinto		1. Accioly Filho
2. Alexandre Costa		2. Fausto Castelo-Branco
3. Virgílio Távora		3. Halvidio Nunes
4. Jesse Freire		4. Domicio Gondim
5. Arnon de Mello		5. Jarbas Passarinho
6. Saldanha Derzi		6. Luiz Cavalcante
7. José Sarney		
8. João Calmon		
9. Augusto Franco		
10. Otto Lehmann		
	MDB	
1. Danton Jobim		1. Marcos Freire
2. Gilvan Rocha		2. Paulo Brossard
3. Itamar Franco		3. Roberto Saturnino
4. Leite Chaves		
5. Nelson Carneiro		

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676

Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Santos

Vice-Presidente: Altevir Leal

Titulares		Suplentes
	ARENA	
1. Altevir Leal		1. Saldanha Derzi
2. Ruy Santos		2. Itálvio Coelho
3. Cattete Pinheiro		3. Osires Teixeira
4. Fausto Castelo-Branco		
5. Lourival Baptista		
	MDB	
1. Adalberto Sena		1. Benjamim Farah
2. Gilvan Rocha		2. Ruy Carneiro

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN) (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral
Vice-Presidente: Augusto Franco

Titulares

ARENA

1. José Guimard
2. Vasconcelos Torres
3. Virgílio Távora
4. Augusto Franco
5. Milton Cabral

Suplentes

1. Alexandre Costa
2. Braga Junior
3. Dinarte Mariz

MDB

1. Adalberto Sena
2. Benjamim Farah

1. Agenor Maria
2. Dirceu Cardoso

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quarta-feira, às 9:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC) (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benjamim Farah
Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares

ARENA

1. Lenoir Vargas
2. Actoly Filho
3. Augusto Franco
4. Heitor Dias
5. Saldanha Derzi

Suplentes

1. Alexandre Costa
2. Gustavo Capanema
3. Mattos Leão

MDB

1. Benjamim Farah
2. Itamar Franco

1. Danton Jobim
2. Lázaro Barboza

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quinta-feira, às 9:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT) (7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lourival Baptista
Vice-Presidente: Alexandre Costa

Titulares

ARENA

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Braga Junior
4. Lourival Baptista
5. Mattos Leão

Suplentes

1. Otto Lehmann
2. Teotônio Vilela
3. Wilson Gonçalves

MDB

1. Evandro Correia
2. Evelásio Vieira

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Terça-feira, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Comissões Temporárias

Chefe: Ruth de Souza Castro

Local: Anexo II — Térreo

Telefone: 25-8505 — Ramal 303

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional

2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos

3) Comissões Especiais e de Inquérito, e

4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674;

Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cláudio Maria B. F. Cruz — Ramal 598;

Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL PARA O ANO DE 1977

HORAS	TERÇA	S A L A S	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO	09:00	C.F.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CÂNDIDO
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	LEDA		C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	SONIA
10:30	C.A.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLÁUDIO COSTA	10:00	C.E.C.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLEIDE
	C.R.B.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CÂNDIDO		C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE	11:00	C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	DANIEL
09:00	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	LEDA		C.S.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	LEDA
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA HELENA	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA CARMEN
	C.M.B.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO				
10:30	C.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	DANIEL				